

Os caracteres dos povos na nova ciência das nações de Vico entre causalidade sacra, histórica e natural

Enrico Nuzzo

Sertório de Amorim e Silva Neto (Trad.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

NUZZO, E. Os caracteres dos povos na nova ciência das nações de Vico: entre causalidade sacra, histórica e natural. Translated by Sertório de Amorim e Silva Neto. In: LOMONACO, F., HUMBERTO, G., and SILVA NETO, S.A., eds. *Metafísica do gênero humano: natureza e história na obra de Giambattista Vico* [online]. Uberlândia: EDUFU, 2018, pp. 79-136. ISBN: 978-65-86084-22-1.

<http://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-469-8>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Os caracteres dos povos na nova ciência das nações de Vico: entre causalidade sacra, histórica e natural

Enrico Nuzzo*

A contribuição específica que este estudo propõe oferecer diz respeito à abordagem de Vico das causas naturais, mais precisamente “geográficas”, dos caracteres particulares das nações, no âmbito da sua reflexão mais geral sobre os fatores causais de tais caracteres.

Desses fatores, obviamente, aqueles naturais não são as únicas condições causais, já que, entre tais condições, estão incluídas também, em primeiro lugar, aquelas “sacras”, ou religiosas, e depois aquelas, de diversos modos, “históricas”.

Em razão das primeiras, adquiriram caracteres particulares: primeiramente, o povo hebraico, de um lado, e os povos gentios, de outro; depois, as nações oriundas das diversas descendências de Noé; e enfim, em certa medida (e com problemas de não pouca monta), também os povos investidos da mensagem religiosa cristã.

Em razão das segundas – conforme a ordem universal que segue a comum “história ideal eterna” sobre a qual são exemplificadas as histórias das diversas nações – se têm variados desenvolvimentos e cursos particulares dos seus eventos, fiéis, antes tudo, ao princípio pelo qual podem existir formas de assimetria histórica dentro de um mesmo processo de desenvolvimento. Os eventos de aceleração, retardo, interrupção etc., que diversamente indicam tal distanciamento do “curso natural” das nações, só em parte podem ser reconduzidos a

* Professor emérito da *Università degli Studi di Salerno*. O presente capítulo é uma versão adaptada para o português da conferência apresentada pelo autor na ocasião do Congresso *Razionalità e modernità in Vico*, ocorrido na *Università degli Studi di Milano-Bicocca* em 2011, e publicada em italiano no volume: VANZULLI, M (org.). *Razionalità e modernità in Vico*. Milano: Mimesis, 2012, p.129-178.

uma “causalidade evenencial”, por assim dizer, ao impacto dos eventos particulares (como influências ou conquistas etc., de uma nação sobre outra); menos ainda podem ser rastreados numa tradicional “causalidade política”, isto é, nas consequências do operar de formas políticas mais ou menos prudencialmente instituídas. Com efeito, na esfera das razões históricas, ou esses são de natureza “estrutural” (todas as comunidades humanas, por exemplo, devem responder às mesmas pressões das “necessidades” materiais elementares) e então não são capazes de explicar os caracteres peculiares dos diversos povos, ou são de natureza particular (por exemplo, a disposição de uma nação em viver separada ou exercitar formas de supremacia intelectual ou bélica) e então têm a necessidade de ser explicados por outras causas.

De outro modo, permaneceria de todo obscura (para além da opacidade certamente introduzida no discurso viquiano pela atuação de axiologias irrefletidas e de cunho “ideológico”) a gênese daqueles traços que tornaram tais e não outros os diversos povos, e também mais “universalmente históricos” determinados povos, como os Romanos e os próprios Gregos, em suma, a gênese mesma das “individualidades históricas” (na medida em que essas atraem o interesse do autor da *Scienza nuova*).

Eis porque resulta indispensável (e “natural”) a Vico fazer referência – com substancial constância, mas com relativa e parcial sistematicidade – a um outro tipo de causas: de ordem natural. É, em razão delas, das causas naturais enquanto causas substancialmente geográficas (“geográfico-climáticas”, mas também, e mais do que isso, “geográfico-ambientais”), que, para o pensador napolitano, fazendo apelo sobretudo à bimilenar tradição da teoria dos climas, se podem encontrar finalmente as particulares, peculiares e individuais “naturezas” das nações, de onde derivam as peculiaridades das suas índoles, dos seus “engenhos”, dos seus “costumes”, das suas “línguas” próprias, enfim, das suas formas sociais e políticas.

As questões historiográficas que semelhante espectro problemático põe em jogo são, como é fácil ver, da maior importância. Sinteticamente, as duas mais relevantes parecem aquela das relações entre universal e particular, individual, e aquela das relações entre

história e natureza, ou cultura (para nos exprimir com termos a nós mais costumeiramente vizinhos). A tais questões mais gerais se liga uma cadeia de questões mais determinadas, não menos significativas: das relações entre história sacra e profana (e, mais profundamente, da própria inspiração mais ou menos “ortodoxa” da complexa meditação viquiana no plano religioso); das formas e razões das variadas modalidades da realização, na ordem histórica efetiva, da ordem universal da história ideal eterna; dos caracteres e dos eventuais “limites” da propensão viquiana à historicização individualizante dos fenômenos (no fundo, o problema do *historicismo* viquiano, ou também das relações entre “filosofia” e “filologia”); da presença e incidência de mais ou menos tácitas pressões ideológicas no configurar-se das correspondentes identidades “pátrias” nacionais (itálicas, napolitanas, italianas) ou europeias (o problema das características e da extensão do “universalismo” ou “cosmopolitismo” viquiano); do entrelaçamento, em vivas estratificações do pensamento e da escrita, do recente operar de intuições conceituais novíssimas com consolidadas (mas não inertes) tradições de pensamento, tal como aquela da teoria dos climas; etc.

O plexo de problemas historiográficos e teóricos evocados – contidos, em último caso, no problema da natureza, do significado e das inferências da “ciência das nações” elaborada por Vico – recomenda que se dê precedência à reconstrução do tema mais determinado, que é o da configuração, em sua reflexão, de uma exata *etnoantropologia*, a partir de um dúplice reconhecimento, ainda que de carácter bastante sintético.

O primeiro se refere a alguns dos principais nós críticos que tal *etnoantropologia* impõe especificamente à “ciência” viquiana: expondo pelo menos minhas posições interpretativas em cujo âmbito se situa uma proposta de leitura da reformulação viquiana da tradição das condições “físico-geográficas” dos caracteres das nações (as “causas físicas” de Montesquieu). O segundo diz respeito à colocação da explicação “geográfica” dos “caracteres nacionais” no mais amplo espectro temático que se pode dar a uma investigação sistemática – cuja exposição busco realizar – sobre a história dos caracteres dos povos na tradição ocidental (centrada, com efeito, no período setecentista no qual plenamente se coloca a meditação viquiana sobre a matéria):

um espectro que compreende, em primeiro lugar, como se acenava na abertura, as vertentes “religiosa” e “histórica” da individuação e compreensão dos aspectos distintivos dos povos.

Tal escolha comportou a elaboração das duas seções preliminares deste estudo, embora muito sintéticas não propriamente breves. Tais seções, como aquela propriamente dirigida à abordagem viquiana das causas dos caracteres das nações, podem ser lidas autonomamente, ou ainda, a par e passo, saltadas pelo leitor – o que pode atenuar o não ligeiro sentimento de inquietação e culpa deste que escreve e que até agora não havia nunca destinado tanto espaço de um contributo à apresentação das suas orientações críticas amadurecidas há tempo, e nunca expostas (como faz aqui abertamente) em suas páginas precedentes.¹

I

A ciência de Vico é aquela “sobre a natureza comum das nações”, não estritamente ou genericamente da “história”.² Pode-se dizer também, com os devidos esclarecimentos, da “história”, não no sentido estreito do termo (vale dizer, o sentido restrito usual nos tempos de um saber, de resto, prevalentemente erudito), mas no sentido de que toda a matéria que faz parte da “natureza das nações” (as formas

¹ Além do mais, parecendo-me indispensável fazer referência, neste lugar, e muitas vezes de modo substancialmente enunciativo, a algumas das principais propostas críticas que desenvolvi na minha leitura geral de Vico, iniciada há muito tempo, me limitarei a indicar no aparato das notas, de modo nada habitual, quase que somente um grupo de trabalhos de minha autoria. Essa escolha, de fato, me permite remeter aos textos para apresentação e discussão de uma ampla literatura crítica acerca das problemáticas historiográficas singulares e nós críticos hora ou outra devidamente pressupostos aqui, mas improponíveis neste lugar. A propósito, reduzirei menos que ao mínimo as citações, como quem se desculpa, de uma vez por todas, se isso devesse, contudo, parecer o exercício pleno do sempre desaconselhado gosto pela autocitação.

² Nesse sentido, dado o significado específico que usualmente possuía a disciplina da história nos tempos de Vico, tem razão Marco Vanzulli ao afirmar – em um trabalho recente, bem sólido e importante sobre vários aspectos – que “não é a história o objeto da ciência viquiana, mas uma nova disciplina que permite, em primeiro lugar, a compreensão científica das formações sociais, logo, do curso que elas fazem, e portanto das idades históricas até aquele momento mantidas impenetráveis à ciência”. Cf. VANZULLI, M. *La scienza di Vico. Il sistema del mondo civile*. Milano: Mimesis, 2006, p.128.

econômicas, sociais, de costumes, jurídicas, linguísticas, de produção de pensamento mítico, poético, literário, filosófico, e assim por diante) é substancialmente matéria histórica e acessível a um conhecimento de teor histórico, próprio de uma moderna “humanologia” de viés histórico, de uma “humanologia histórica”.³

Em suma, tal matéria é toda a matéria do viver humano, que, em suas várias formas e nos seus saberes, a nova ciência de Vico quer englobar no projeto de uma nova enciclopédia do saber: a partir de um método, no entanto, absolutamente não “enciclopédico”, não cumulativo, “agregador”, como aquele ao qual permanecia vinculado enfim o enciclopedismo barroco. Ao contrário, a ciência da “natureza comum” declara ter reunido isto que Vico aspira declaradamente ao menos a partir do *Diritto universale* (após ter frutuosa e combatidamente a restritiva univocidade metódica do cartesianismo e da ciência moderna): a redescoberta dos princípios comuns, ou de um princípio comum, situado abaixo da pluralidade exterior do contingente, disto que parece, à primeira vista, somente acidentalidade irreduzível à universalidade, e a obtenção, no plano cognitivo, de um critério de unificação capaz de apreender e demonstrar o universal. A maior ambição é a de não renunciar, frente à enorme matéria “histórica” e “humana” – epistemologicamente vinculada, na tradição, às dimensões do acidental, do verossímil e do provável –, ao princípio segundo o qual *Scientia debet esse de universalibus et aeternis*.⁴

³ O que não significa, contudo – sustentei repetidas vezes e difusamente como uma linha condutora da minha interpretação de Vico –, subtrair o humano de uma constante e decisiva pergunta sobre a sua relação principalmente com o “sobrenatural”, e nem negar a existência tanto de uma “pré-história” quanto de uma “meta-história” da humanidade, diferentes da “história”. Esse discurso logo será retomado a propósito das premissas metafísicas da meditação de Vico sobre a providência, e especificamente das premissas teológicas da sua ciência da história. Sobre as diversas “histórias” da humanidade as quais se dedicou Vico indico, em especial, o meu estudo: NUZZO, E. I segni delle storie in Vico. *Il Pensiero*, nova série, v.XLI, p.17-30, 2002, reunido em seguida – com o título: Dalla storia metafisica alla storia civile. I segni delle storie in Vico – em: NUZZO, E. *Tra religione e prudenza*. La “filosofia pratica” di Giambattista Vico. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2007, p.1-17.

⁴ É “propriedade de toda a ciência, advertida por Aristóteles, que *scientia debet esse de universalibus et aeternis*”, afirma Vico sem hesitações na “dignidade” XXII da *Scienza nuova* de 1744 (significativamente alargada em relação à expressão originária da “dignidade” XX da edição de 1730), onde a declaração

A “história ideal eterna” – uma expressão tão ossimórica aos ouvidos contemporâneos⁵ – é o máximo princípio adquirido, vigente na móvel esfera do humano, o princípio que aponta para a estrutura imóvel do movimento temporal, o absolutamente universal reconhecível no conjunto das contingências. Como busquei demonstrar há tempo em diversos estudos meus, a garantia de uma estrutura permanente do curso histórico, e assim a possibilidade prática de uma “ciência” – “demonstrativa” enquanto tal, não “conjectural” – das coisas humanas, foi finalmente tornada possível pela mais importante, fundante, “descoberta” de Vico no plano epistemológico: o sucesso da aplicação da lógica rigorosa, irresistível, das “verdades da razão” – isto que designei a “lógica do deveu” ou do “do impossível-que-não” – ao mundo histórico factual.⁶ Descoberta alcançada a partir de uma acirrada reflexão em torno do então recente debate sobre o conhecimento da história, em

do reconhecimento daquela “propriedade” de toda ciência vem acompanhada da reivindicação da descoberta dos “fundamentos”, que liberta finalmente o discurso sobre os “princípios da humanidade” da bagagem habitual de “inverossimilhanças, absurdos, contradições, impossibilidades” (VICO, G. *Principj di Scienza nuova d’intorno alla comune natura delle nazioni*, que cito – de agora em diante com a sigla *Sn44* – a partir da edição VICO, G. *Opere*. Organização de Andrea Battistini. Milano: Mondadori, 1990, §163, p.504). A edição de 1725 será citada recorrendo à sigla *Sn25*. Sobre a precedente configuração daquela “dignidade” na segunda versão do *opus magnum* viquiano, veja a recente edição crítica: VICO, G. *La Scienza Nuova 1730*. Organização de Paolo Cristofolini com a colaboração de Manuela Sanna. Napoli: Guida, 2004, p.97-98 (de agora em diante *Sn30*).

⁵ Sobre a extraordinária constituição “ossimórica” de várias conceitualizações viquianas remeto, particularmente, ao meu estudo: NUZZO, E. Gli “eroi ossimorici” di Vico. In: _____. *Eroi ed età eroiche attorno a Vico*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2004, p.189-216, publicado, em seguida, no volume já citado NUZZO, 2007, p.119-148.

⁶ Em relação a isso indico principalmente: NUZZO, E. Le logiche dell’impossibile e del necessario. Vico e la decifrazione dei tempi favolosi attorno al primo ‘700. *Bollettino filosofico*, Cosenza, vol.15, tomo II, p.205-233, 1999; também em versão alemã: Die Logiken der Unmöglichen und des Notwendigen. Vico und die Entzifferung der “sagenhaften Zeiten” zu Beginn des 18 Jahrhunderts. In: BEETZ, M. E CACCIATORE, G (orgs.). *Die Hermeneutik im Zeitalter der Aufklärung*. Köln-Weimar-Wien: Böhlau Verlag, 2000, p.287-309; o mesmo estudo, com páginas acrescidas e reelaboradas – com o título: La “critica di severa ragione” nella scienza della storia. Vico e l’“ermeneutica” dei tempi favolosi attorno al primo ‘700 –, no volume: NUZZO, E. *Tra ordine della storia e storicità*. Saggi sui saperi della storia in Vico. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2001, p.57-108. Desse contributo são retomadas, na maior parte, as teses apresentadas nas páginas seguintes, que expõem uma importante linha característica da minha posição sobre a ciência de Vico.

larguíssima medida produzido pelo “racionalismo moderno”, de cujas vozes, algumas não homogêneas, Vico foi, a seu modo, significativo devedor. Não cabe delongar aqui sobre a natureza e a ascendência da operação viquiana de efetiva superação do “veto” leibniziano acerca da aplicação do “dever ser” das “verdades da razão” às esferas da experiência submetidas somente aos procedimentos das “verdades de fato”, mas se pode começar notando a configuração, em Vico, de um modelo de racionalidade, “analítico-sintético”, capaz de realizar a linearidade que conduz do simples ao complexo, conforme o essencial modelo – na realidade bastante “simples” e de matriz “naturalista” – da correspondência entre ontogênese e filogênese, legível na natureza processual de todas as esferas dos fenômenos humanos.⁷

Essa ótica interpretativa da problemática da ciência em Vico resulta efetivamente nada usual: partindo do reconhecimento da marcante importância das funções atribuídas pelo pensador napolitano – nos tempos e nos lugares nos quais o conhecimento pode e deve fazer-se rigoroso – às faculdades cognitivas mais elevadas, aos “trabalhos da mente pura”, “à força” rigorosamente “crítica” da “severa razão”, única capaz de sustentar e guiar o “entendimento” enquanto pensamento do “verdadeiro”, ultrapassando até mesmo as fundantes e sempre fundamentais funções “engenhosas”, de ordem “tópica”, do “entendimento”.⁸ O que não significa, obviamente, ignorar que as mais maravilhosas “descobertas” da meditação viquiana são as formas de experiência, de conhecimento, mais próximas do alvorecer do humano (ou, mais corretamente, disso que renasce no humano), lá onde

⁷ Sobre a presença significativa dos elementos de um “imaginário naturalista” (um tema que deve estar particularmente presente em um estudo como este que, em larga medida, dirige sua atenção sobre a recuperação, por parte do autor da *Scienza nuova*, das “causas naturais” dos caracteres das nações) foi desenvolvido por mim especialmente: NUZZO, E. L'immaginario naturalistico. Criteri e figure della scienza della storia in Vico. *Bollettino del Centro di Studi Vichiani*, Napoli, v.XXXIV, p.35-56, 2004, surgido paralelamente em sua versão original, em francês, com o título: Critères et figures de la science de l'histoire chez Vico. *Noesis*. La Scienza Nuova de Giambattista Vico. Organização de Andre Tosel. Nice, v.8, 2005.

⁸ Reduzindo ao mínimo também o aparato relativo às citações dos textos viquianos, me limito a recordar que é na dedicatória da primeira versão da *Scienza nuova* que se lê a completa e eloquente afirmação de que “nesta idade iluminada [...] toda e qualquer autoridade dos mais reputados filósofos se submete à crítica da severa razão”.

começa a operar a tensa constelação das faculdades de uma mente conativa; e também que na constituição da ciência cooperam, de modo insubstituível, as capacidades intuitivo-conectivas do “engenho” ou aquelas imaginativo-narrativas da “fantasia”.

Variados são os pontos fundamentais que, juntos, vêm afirmados no seio dessa linha interpretativa da inovadora ciência do mundo das nações: a reafirmação da descontinuidade entre, de um lado, o *Liber metaphysicus* e, em uma considerável medida, o *De uno* e, do outro, a produção viquiana sucessiva; a consideração de que no silêncio do princípio do “*verum-factum*” intervêm, no *De Constantia*, seja a descoberta capital da contração do “*verum*” no “*certum*”, seja a configuração da aguda “lógica do deveu” que rege a declarada tentativa de uma *nova scientia* das nações; o reconhecimento dos modos por meio dos quais Vico – enquanto se contrapunha radicalmente (mas, com efeito, não de todo solitariamente) às recentes perspectivas do reducionismo epistêmico e metódico – se posicionava substancialmente como inovativo portador do desenho de uma nova ciência do mundo humano precisamente correspondente ao requisito de “ciência do necessário”; o exame dos caracteres desse discurso com forma de “ciência” (procedimentos de tipo “desconstrutivo”, a posição dos elementos primários do edifício discursivo, procedimentos de tipo “demonstrativo” conseguintes aos princípios de verdade, formas “construtivas” e também “sistemáticas” de discurso etc.).

O ponto essencial é que para construir os princípios mais gerais – de forma mais a colher o verdadeiro significado dos fenômenos do que decidir sobre sua própria efetividade (sobre o como “deveram” ser dados) – intervem “finalmente” no discurso viquiano o elemento da “crítica” em vez daquele da “tópica”, assim como intervêm as “provas filosóficas” em vez daquelas “filológicas”, com uma confiança decisiva nos “trabalhos da mente pura”, naquele *intelligere* do “intelecto”, que é “conhecer com verdade”.⁹ Tal funcionamento se deve tanto à posição quanto às análises das numerosíssimas consequências de um princípio simples, mas crucial: o de que as coisas humanas se dão segundo uma ordem *necessária*, linear e gradual, que vai do simples

⁹ *Sn25*, §316, p.1134.

ao complexo, seguindo as inalteráveis sequências por meio das quais do mundo do infantil passa-se àqueles da maturidade e, também, da decadência; que é igual a dizer que as “ideias humanas” conhecem necessariamente um progressivo “desdobrar-se”, uma progressiva libertação da “corpulência” da “nossa mente” por “força do verdadeiro” que nela habita, que é objetivo “desta ciência” seguir e “demonstrar *fil filo*”, atestar (em primeiro lugar no campo crucial das leis).¹⁰

Adotando semelhante “paradigma linear” e aplicando à história um modelo de decomposição e recondução preliminar do complexo a elementos simples segundo uma “concatenada série de razões”,¹¹ Vico convergia a uma perspectiva de tipo “diacrônico” também hipotéticas influências de “modelos analítico-sintéticos” de feitura e circulação recentes. Certo é que um tal modelo lhe permitia adentrar resolutamente nos tempos obscuros da humanidade mais remota e trazer à luz rigorosas interpretações sobre os mais variados fenômenos, os quais “deveram” ser aqueles e não outros: segundo a “lógica do deveu” que permeia crucialmente quase toda página das obras da “maturidade”, exprimindo-se em abundantes ocorrências (já em locuções como *necesse fuit*, ou também nisto a qual *ratio suadet*, do *Diritto universale*).

Com efeito, Vico assim impugnava as consequências da “linha cartesiana” relativa às verdades de fato. Para dizer a verdade, não é rejeitado, mas se apropria do mais “cartesiano” dos critérios: dá-se certeza autêntica somente a isto de que não se pode predicar a possibilidade lógica do contrário, revelando-se dotado de “evidência” interna. Mas ao mesmo tempo pode-se “demonstrar” que determinados fenômenos de fato não poderiam não ocorrer senão daquela maneira

¹⁰ Sn25, §51, p.1.011.

¹¹ Com o objetivo de encontrar e representar – segundo os propósitos demonstrativos da ciência – “a eternidade e universalidade” dos fenômenos são chamadas, “num golpe, a filosofia e a história dos costumes humanos, que são as duas partes que compõem uma tal sorte de jurisprudência do gênero humano”; com diferenças, contudo, “de modo que a primeira parte dela [a filosofia] *desdobre* uma *concatenada série de causas*, a segunda [a história] *narre* uma perpétua ou ininterrupta *sequência de fatos* da humanidade *em conformidade com essas razões*”, série de razões que constitui, com efeito, uma “história ideal eterna, da qual *unicamente* se pode obter, *com ciência*, a história universal, a partir de certas origens e com certa perpetuidade” (Sn25, §90, p.1.052, grifos meus).

(o que de outra forma não poderiam ocorrer), e que o seu contrário lógico (como, por exemplo, abstrações especulativas nos tempos dos “simplórios” primitivos) não teria podido dar-se concretamente, repugnando logicamente, ou produzindo, aos olhos do intelecto, do “entendimento”, “obscenidade”, “absurdo”, “impossibilidade”.¹² Eis que a *lógica do impossível* se converte, então, naquela do “impossível que não”, ou seja, na *lógica do necessário*. Por isso, “esta Ciência mesma pode fornecer uma arte crítica”¹³ por meio da qual o ato hermenêutico do “interpretar” é reconduzido conforme os termos de um “dever” interpretar (portanto, não de caráter conjectural) isto que “deveu” acontecer e que não pôde acontecer senão segundo aquelas modalidades gerais.

Tal visão estava ligada a uma inédita concepção da verdade. O pensador napolitano, embora elaborasse suas categorias no plano do conhecimento com a usual representação da “universalidade” e inclusive da “simplicidade” do verdadeiro, contudo, refundava já este plano na base da reflexão, por assim dizer, “metafísica” e “ontológico-histórica” do verdadeiro. De fato, a verdade humana, na sua mente e na sua história, tem uma presença que deriva de sua pré-história metafísica, uma presença que se dispõe na sua conatividade, como *vis veri*, e que na sua efetividade se dá na sua constante ou flexível “difusividade” (que é a originalíssima releitura viquiana de uma tradição da verdade, particularmente atenta à esfera pública como espaço aberto ao “senso comum”, prenhe também de referências aristotélicas), portanto, na implicação tensional, ou “contradição”, do universal nas múltiplas formas da corpulenta historicidade do “certo” concreto. O universal do “verdadeiro” (mesmo existindo uma prioridade metafísica na *vis veri* conativa) se dá sempre sob determinadas formas do “certo” (daí que o *verum-certum*, bem mais do que o *verum-factum*, sobressai como a verdadeira, essencial e inevitável “descoberta” viquiana).¹⁴

¹² São termos, conceitos, que no importante “cabeçalho” do livro II da *Scienza nuova prima*, dedicado à “Ideia de uma nova arte crítica”, precedem o articulado passo, o qual, remontando a cadeia causal necessária para explicar a peculiaridade e a conveniência das “formas de governo”, encontra na “natureza dos sitas” o fator causal originário das formas peculiares da “natureza humana” (*Sn25*, §92, p.1.033).

¹³ *Sn25*, §91, p.1.033.

¹⁴ Poder-se-ia até chegar ao ponto de dizer que a edificação da ciência nova não

Disso resulta que, embora a ciência de Vico seja tal porque o seu objeto primário é constituído de princípios universais e necessários, ao mesmo tempo, a verdade dos fenômenos não se configura – ontologicamente e gnosiologicamente – como um universal abstrato que sobra de um processo de redução, subtração, da esfera das contingências e da pluralidade das determinações concretas. Pelo contrário, em virtude da história ideal eterna e sobre o seu constante fundo de verdade (e de uma “ontologia histórica” da “simplicidade”), o universal elaborado pelo saber viquiano é de tempo em tempo uma concreta determinação do “certo”, na qual são contraídas figuras do “verdadeiro” e do “justo”, de modo que a universalidade do verdadeiro possui, no seu conjunto, a corporeidade do concreto e a abertura dinâmica às suas novas configurações e determinações, também concretas.¹⁵

Também com o propósito de investigar os significados que assumem aquelas individualidades históricas, que são as nações singulares na ciência de Vico, se diz, todavia, que o universal concreto visado por ela permanece sempre, ainda assim, um universal típico, “comum”; um universal cuja determinação própria se destaca na dinâmica processual das produções da mente humana em relação ao “antes” e ao “depois”, por assim dizer, mas não em relação a isto que se coloca no mesmo “tempo sequencial”, no mesmo grau de um processo de desenvolvimento (ou ainda em uma mesma ou análoga situação de condições

poderia ter feito nada além de tal celebre princípio, que, de fato, por um longo tempo, escapava no processo das mais altas conquistas viquianas, mas não daquele do *verum-certum*, não por acaso obtido através da meditação crucial sobre o direito e sobre a *auctoritas*, declarada *rationis pars* já no *De uno*. Cf. VICO, G. De unversi iuris uno principio et fine uno. In: _____. *Opere giuridiche*. Organização de Paolo Cristofolini e introdução de Nicola Badaloni. Firenze: Sansoni, 1974, p.29 (de agora em diante *De uno*). Trata-se de uma linha interpretativa que, como se sabe, foi apoiada especialmente por estudiosos (basta evocar Fassò entre todos) que, oportunamente, sublinharam a centralidade e a importância nas meditações de Vico do confronto com as problemáticas jurídicas.

¹⁵ Sobre o caráter “não subtrativo” e “aberto” do universal viquiano Trabant tem expressões pontuais e eficazes. “O universal e o eterno de Vico não é aquilo que eu abstraio, o que resulta quando se *elimina* o particular, mas ao contrário: o que se reúne, o que eu recolho. O universal e o eterno é, por conseguinte, uma coisa *aberta*, pois os homens podem sempre inventar visões novas, os *diversos aspectos* não formam uma lista fechada” (Cf. TRABANT, J. La science de la langue parle l’histoire idéale éternelle. *Noesis*. La Scienza Nuova de Giambattista Vico. Organização de Andre Tosel. Nice, v.8, 2005).

materiais etc.). Na perspectiva da ciência das nações viquiana interessa crucialmente a sua “natureza comum”, a confirmação de elementos de uniformidade, ou pelo menos de forte analogia entre situações, condições semelhantes. O mesmo forte e indispensável hábito comparatista viquiano (por certo limitado no acesso a materiais propriamente etno-antropológicos diversos daqueles das civilizações mais amadas e estudadas) está constantemente operando mais para confirmar “estruturas” definidas, do que para encontrar individualidades irreduzíveis umas às outras (basta pensar nas recorrências daquele pensar mítico ainda tão imageticamente narrativo, aliás, sempre reconduzido a representações, expressões, de experiências factuais precisas, mas não isoladas, de acontecimentos dificilmente de todo singulares). Isto quer dizer que se fixar na obtenção do “universal”, do “comum” (não somente dos três grandes costumes que o “senso comum” do gênero humano dispõe sem nenhuma exceção, mas inclusive de todo o processo de desenvolvimento), ocorre tendencialmente em detrimento do particular, do individual, ainda que carecendo substancialmente de um “amor” historicista pelo individual (do historicismo não “absoluto”, é claro). Vico não mostra sensibilidade por um *individuum* que seja *inefável*.¹⁶ Sobre tal falta de sensibilidade pelo caráter individual das nações não se equivocou Antoni, quando, na esteira de Meinecke, e apesar de algumas simplificações e categorizações exageradas, encontrava também naquele, que vinha definido “fundador do nosso historicismo”, a preponderante “investigação da lei constante e uniforme da vida”.¹⁷

¹⁶ Tratei muitas vezes da enorme distância do pensador napolitano em relação às sensibilidades próprias do “historicismo problemático”, naturalmente confrontando-me, em primeiro plano, com a célebre linha interpretativa de Pietro Piovani. Remeto a NUZZO, E. *Lo studioso di Vico*. In: TESSITORE, F. (org.). *L'opera di Pietro Piovani*. Napoli: Morano, 1990, p.207-312, depois, com algumas modificações, e com o título: *Gli studi vichiani di Pietro Piovani*, no já citado: NUZZO, 2001, p.241-326. Nesse mesmo volume, central para esse argumento é o estudo intitulado: *Vico, la storia, gli storicismi*, que amplia e reelabora consideravelmente uma minha contribuição anterior: *Vico, la storia, lo storicismo*. In: CACCIATORE, G.; CANTILLO, G.; LISSA, G. (orgs.). *Lo storicismo e la sua storia*. Temi, problemi, prospettive. Milano: Guerini, 1997, p.50-68.

¹⁷ Mas o discurso de Antoni era, na realidade, cheio de simplificações de ordem historiográfica e metodológica, bem como de categorizações estereotipadas dos “espíritos nacionais”. “O ‘historicismo’ italiano que se pode chamar humanístico”, fundado por “um obscuro professor de retórica, cultor dos estudos jurídicos e

Tal posição de Vico pode ser atribuída também ao fato de ele não mostrar nem sequer alguma sensibilidade religiosa, cristã, pela individualidade, menos ainda pelos problemas ou dramas pessoais das consciências, pelas biografias individuais da salvação: de resto, já pouco interessado nas biografias pessoais da glória, pois narrador, sobretudo, dos heroísmos coletivos arcaicos, mas com certeza pessoalmente não isento da busca pela afirmação heróica do pensador que descobre novos continentes e, ao mesmo tempo, reafirma a irrenunciável função prática da filosofia, o seu dever de “beneficiar o gênero humano”. O seu interesse, portanto, é que se possa declinar no interior de uma perspectiva religiosa, cristã, o tema “pagão”, maquiaveliano, da salvação das nações. Mas, precisamente, no interior de uma perspectiva religiosa, cristã.

Caminhando para a conclusão desta sintética apresentação de algumas linhas condutoras da minha interpretação da ciência viquiana, parece-me oportuno concluir – também porque o argumento retorna de novo sobre o ponto, assaz importante para o nosso discurso, da

filológicos, Giambattista Vico”, como reação “à cultura intelectualista francesa, à razão matemática de Descartes” (mas já em 1924, recorda Antoni, De Ruggiero definiu Vico “fundador do nosso historicismo”), tem, atrás de si, “o espírito profundo do Humanismo, o seu sentido de individualidade”, espírito que Vico traiu saindo à “pesquisa das leis constantes e uniformes da vida”, ficando assim absolutamente à frente das orientações mais avançadas da cultura do *Settecento*, excluindo-se “também do movimento da cultura europeia do *Settecento*, que estava pesquisando e definindo o ‘caráter’, o ‘gênio’, o ‘espírito’ de cada nação singular, que estava adquirindo consciência da individualidade histórica das nações, da originalidade delas” (ANTONI, C. *Lo storicismo*. Torino: Edizioni radio italiana, 1957, p.57, 62). Um espírito de “categorização” estereotipado, que pode bem interessar ao nosso discurso, investia, no discurso de Antoni, todo o pensamento filosófico moderno, dividido “em dois campos opostos” de “combatentes”, dentre os quais, com um espírito tipológico inaceitável, vinham encerradas as “modernas nações europeias” (francesa de um lado, inglesa, alemã e italiana de outro), e “as várias fisionomias e o diverso destino” delas. Dessa indicação pouco produtiva se relevam, porém, as “aberturas” para uma pesquisa compreensiva da pluralidade e riqueza das tendências modernas em vista do reconhecimento da “individualidade como força ativa do espírito”: por exemplo, a recente celebração da barbárie no “libertino Saint-Évremond, fugitivo da França cartesiana na Inglaterra livre”, ou o anti-mecanicismo do “empirismo cético de Hume” ou do “sentimentalismo” inglês, ou a pesquisa, em Leibniz e Herder, mais do que no próprio Vico, de uma “individualidade original”. Entre as tantas páginas de diversos textos do estudioso evocadas aqui elejo aquelas do capítulo: ANTONI, C. *La struttura dell’individuo*. In: _____. *Commento a Croce*. Venezia: Neri Pozza, 1955, p.215-216, 218, 223.

“ontologia histórica da simplicidade” (e da debatida relação “Vico-Galileu”) – com a indicação das minhas propostas críticas em torno das premissas teológicas da “ciência nova” de Vico e da natureza intrinsecamente “ortodoxa” da sua lúcida operação em defesa de uma posição cristã: natureza não prudencialmente “ortodoxa” (mesmo se, obviamente, com claras e consistentes preocupações prudenciais), mas certamente não inocuamente “ortodoxa”.

Trata-se de indicações, a meu ver, indispensáveis. E não para dar conta melhor de uma leitura pessoal da “ciência nova” de Vico, cujos aspectos singulares é possível, aliás, encontrar tranquilamente nos textos aos quais ela já foi confiada,¹⁸ mas para esclarecer, por hora, como na reflexão viquiana sobre os caracteres das nações o tipo da abordagem, baseada na distinção entre história sacra e história profana, atendia a interesses “naturais”, a exigências espontâneas, de um pensamento em significativa medida orientado por uma inspiração religiosa efetiva e, de certo modo, empenhado em uma operação teórica original largamente favorável à perspectiva cristã (e também, em menor medida, católica); e como o tipo de abordagem dos caracteres das nações que os fundamenta enfim sobre causas naturais de ordem “geográfica” (que constitui o objeto da seção final desta contribuição), não se deve compreender, assim me parece, reconduzindo-o a um núcleo “naturalista” do pensamento viquiano, mas a uma explicação das “vias simplíssimas”, “ordinárias”, pelas quais age a força providencial que trabalha pela salvação do gênero humano e consente o possível “desdobrar-se” do “verdadeiro” e do “justo” ínsitos na mente humana.

Como é sabido, recentemente conheceu nova vida e fortuna a diretriz hermenêutica que enxerga em Vico o mascaramento

¹⁸ Apresentei uma primeira abordagem analítica do tema dos fundamentos teológicos da ciência nova de Vico em um estudo hoje publicado e sobre o qual foram adaptadas as páginas logo a seguir: NUZZO, E. *Between Orthodoxy and Heterodoxy in Italian Culture in the Early 1700s: Giambattista Vico and Paolo Mattia Doria*. In: MORTIMER, S.; ROBERTSON, J. (orgs.). *The Intellectual Consequences of Religious Heterodoxy 1650-1750*. Leiden-Boston: Brill, 2012, p.205-234. Mas, em matéria de história sacra e história profana, e mais em geral de “religião” (e “prudência”) em Vico, devo indicar outros trabalhos meus, ou seja: *L'umanità di Vico tra le selve e le città. Agli inizi della storia della civiltà nel “Diritto universale”*, presente no volume já citado: NUZZO, 2001, p.109-164, e ainda: *La filosofia pratica di Vico tra religione e prudenza*, no também já citado: NUZZO, 2007, p.211-231.

prudencial, marcadamente intencional, da concepção de uma estrutura providencial “objetiva” da realidade histórica, talvez marcada mais por cifras decisivamente spinozistas do que por agudas prefigurações de imanentismos idealistas: pensa-se na leitura de Vico (e Doria) tão segura de si de Jonathan Israel, mas também nas recentes revitalizações, na literatura crítica italiana, de leituras que visam sublinhar a inspiração “pagã” ou ainda “heterodoxa” do pensamento viquiano – maiormente vizinhas às mais perspicazes posições críticas de um Badaloni, como aquelas de Paolo Cristofolini ou de Gustavo Costa.

As interpretações da concepção viquiana da providência em chave heterodoxa, naturalista, ou enfim spinozista destacam amplamente que, segundo ela, o desígnio divino rege o curso histórico por via ordinária, por meio de causas segundas, não fazendo intervir ali diretamente a vontade divina, omitindo a própria presença de Cristo, e assim por diante. Desse modo, a providência não seria, na realidade, outra coisa senão a “estrutura natural” do processo histórico, reproduzindo nele possivelmente um princípio universal de conservação do real. Mas tais interpretações traziam, assim, a confirmação equivocada de uma premissa errônea, isto é, crer que a posição de Vico, para entrar no campo da “ortodoxia”, deveria seguir a via desgastada e, portanto, inútil à causa cristã, de ver em obra no curso das nações uma direta e mais ou menos constante intervenção divina. E embora a via empreendida por Vico não fosse nada pacífica, possuía, contudo, premissas teológicas cuja ortodoxia podia ser claramente reivindicada.

Na realidade, foi pelo menos desvalorizado, senão ignorado, o fato de que a ideia do operar da providência viquiana por meio do curso ordinário das causas segundas, “*rebus ipsis dictantibus*”, se inscrevesse em umas das diretrizes presentes no conjunto das discussões capitais e também das acesas controvérsias em que foi enfrentada a antiga questão dos atributos de Deus nos termos da relação entre *potestas absoluta* e *potestas ordinata*. Como se sabe, após o período tardo-medieval, essas discussões foram amplamente retomadas também na idade moderna, influenciando bastante o debate filosófico metafísico, físico, gnosiológico e ético. Para ficar só com os autores que Vico teve entre seus principais interlocutores, basta pensar na concepção de Galileu dos caracteres de simplicidade e legalidade impressos por

Deus na natureza, ou na de Descartes ou de Suárez em torno das provas de Deus e das verdades eternas, ou na de Malebranche acerca das características do divino.

Duas são as diretrizes fundamentais que a esse propósito cabe definir: uma difusa na época de Vico, mas conhecida desde os tempos de um grande protagonista da segunda escolástica (assiduamente estudado por Vico), Francisco Suárez, que remonta a Duns Scoto, “privilegiadora” do predomínio da *potestas absoluta*; e a outra, na qual podem ser incluídos finalmente Tomás de Aquino e Guilherme de Ockham, “privilegiadora” da *potestas ordinata*, enquanto é derivada do “vínculo” sapiencial benevolente exercitado por uma *potestas absoluta* perigosamente caprichosa. Simplificando ao máximo, é possível sustentar que, no todo, resultou mais influente, especialmente no pensamento católico, a segunda perspectiva, que refreava, se não anulava, a ideia de uma instabilidade constitutiva do ordinário, a qual colocaria em perigo a própria “legalidade” do mundo, tendendo a protegê-lo da irrupção do extraordinário. A diretriz da *potestas ordinata* trazia consigo, portanto, a inclinação a sustentar (e com uma reivindicação de ortodoxia que foi defendida por Galileu) a ideia, a imagem, de uma transparente legalidade do mundo largamente sustentada pela ciência moderna sobre a base teológica de um Deus sábio e benigno, ordenador de um curso estável das causas segundas.

Ora, a concepção viquiana do divino mostra em termos claros estar profundamente implicada por semelhante problemática em torno dos atributos divinos, demonstrado, nesse caso, em vez de originalidade, uma peculiar e consistente continuidade, acerca da qual será suficiente dar apenas algumas indicações.

Partindo do *De uno*, se revela patente a opção “antivoluntarista” pelo Deus da *potestas ordinata*, no qual o atributo da *voluntas* acha-se vinculado a uma atenção exclusiva ao seu ser *perfectissimum*, que é a perfeição da *sapientia-bonitas*. Ora, esse é o fundamento teológico do agir divino especificamente “*per simplicissimas vias*”, que é a escolha essencial, em seguida sempre confirmada, da específica providência viquiana; e é um fundamento fortemente antivoluntarista, contradizendo a tradição que conceitua a permanência da *potestas absoluta* divina interrompendo, ou reformulando, a ordem das coisas contingentes

(assim subtraindo-as da possibilidade de constituir a firme condição de possibilidade de um conhecimento humano seguro).¹⁹ As vias *facillimae* de que fala Vico correspondem a um princípio de *simplicitas*, e apresentando-se na ordem histórica como *opportunitates*, *occasiones*, *casus*, conduzem à solução de entender a providência divina como o exercício de uma *potestas ordinata*, que desde ali, no *De uno*, começa a operar “*rebus ipsis*”, “*moribus ipsis*”.²⁰

Sobre esse ponto não podem ser subvalorizadas as implicações da eminência do caráter de sabedoria e bondade da onipotência divina, ao “vincular” o exercício de tal perfeição, na ordem natural em primeiro lugar, à forma da máxima simplicidade e facilidade, sendo “natural” que Deus tenha escolhido a via da máxima *simplicitas*. Isso significava precisamente pôr-se em conformidade com as premissas e resultados da ciência moderna (sem que isso signifique, como foi dito, que sua operação teórica visasse uma lógica de “complemento”, ou de “complementaridade”, com a revolução científica). Era essa precisamente a direção empreendida não somente pela visão do mundo físico, própria da ciência moderna galileana, mas, antes, pelas premissas teológico-ontológicas de tal visão. Deus “goza da simplicidade e facilidade”, havia afirmado Galileu no *Dialogo sopra i due massimi sistemi* (com o risco bem concreto de sublevar as duras objeções a que deu voz o próprio Urbano VIII); e Vico – cujo galileísmo se falou com frequência genericamente – pode ser verdadeiramente considerado, nesse aspecto, seu herdeiro, ao deslocar o princípio da simplicidade para o plano histórico²¹. Mas o pensador napolitano recuperava tal princípio geral da simplicidade e imutabilidade da ordem divina, também e mais acentuadamente, nos seus mais frequentados interlocutores modernos, quer dizer, em Descartes e Malebranche (e é seguramente com a imagem “antivoluntarista” de Deus do oratoriano que Vico revela maior afinidade).

Toda a trajetória da meditação de Vico confirma a natureza da sua posição sobre os atributos divinos e o seu modo de conduzir a

¹⁹ *De uno*, II-IV, p.43, 45.

²⁰ *De uno*, CLVI, p.211.

²¹ GALILEI, G. Dialogo sopra i due massimi sistemi del mondo. In: _____. *Le opere di Galileo Galilei*. Edição nacional organizada por A. Favaro. Firenze: G. Barbera, tomo VII, 1933, p.566 (ver também: p.423, 473).

fundação de uma ciência sobre a ordenação histórica do mundo civil. Esta é uma ordem devida a uma divindade infinitamente boa que deliberou que a sua providência operasse com máxima simplicidade: assim, em primeiro lugar, que os “fins particulares” dos homens tornassem os “meios” do seu operar – segundo um princípio da heterogênese dos fins já enfrentado com acuidade por pensadores como Nicole ou Malebranche. É então por *bondade infinita* de Deus que

isto que os homens ou povos particulares ordenam para seus fins particulares – pelos quais, uma vez propostos, eles iriam se perder – ela, aquém e frequentemente contra todo seu propósito, dispõe para um fim universal, pelo qual ela, *usando como meios* aqueles mesmos fins particulares, os conserva.²²

E é precisamente este “aspecto” do operar da “providência [...] ordenadora” que Vico declara querer demonstrar “por toda a obra”.²³ Como uma espécie de causa “formal” e “final”, a “divina arquiteta” atribuiu ao “arbítrio humano”, que é a causa “eficiente” (o “artífice”), um operar que – longe de ser caracterizado pela incerteza que seria própria à sua natureza – respeita ao princípio da absoluta regularidade e constância. De fato, o “arbítrio humano” é “determinado pela sabedoria do gênero humano tendo por medidas as utilidades ou necessidades humanas *uniformemente comuns a todas* as particulares naturezas dos homens”.²⁴

Com a forma clara de uma *potestas ordinata* e com o desígnio de uma “história ideal *eterna*”, o Deus providente atua, resumidamente, por meio de um regime estrito de causas segundas. Vico se movia assim no seio de uma tradição de clara ortodoxia, mesmo que problemas de não pouca e aguda heterodoxia surgissem no terreno do mundo criatural. Isso deve ficar bastante claro: o discurso aqui desenvolvido quis mostrar a correção dos fundamentos teológicos da posição viquiana no confronto das diretrizes de leitura em chave heterodoxa, mas não implica, absolutamente, que o conjunto das posições e teses de Vico não se apresentasse prenhe de graves riscos.

²² *Sn25*, §45, p. 1.008, grifos meus.

²³ *Sn25*, §45, p. 1.008, grifos meus.

²⁴ *Sn25*, §46-47, p.1.009, grifos meus.

A ordem criatural histórica é bem menos “neutra” do que aquela da natureza física, da apresentação e fundação teológica da absoluta simplicidade cuja regularidade bem custou a Galileu a acusação de ter deixado falir a ideia da *potestas absoluta* divina. Mesmo separando a saúde sobrenatural, a graça, da saúde natural da conservação do mundo das nações, Vico subtraía tais formas de conservação do agir consciente dos sujeitos humanos e valorizava seja qual fosse o acesso ao divino dado, ou que ainda se desse (entre as mais bárbaras nações viventes), nas formas religiosas pagãs. Colocava-se, portanto, a questão do se, do como e quando o cristianismo teria “colaborado” de forma essencial com a conservação das nações.

Sobre tal matéria, que merece ainda reconhecimentos pontuais e aprofundamentos críticos, bastará aqui somente notar que o tema do milagre (evidentemente apto a pôr em crise a ideia do curso absolutamente “ordinário” dos fenômenos históricos), substancialmente ausente na primeira redação da *Scienza nuova*, comparece, porém, naquelas sucessivas. Focando-nos só por um momento na última versão do livro, recordamos, a propósito, a disponibilidade de introduzir, ainda que “intersticialmente”, a intervenção do sobrenatural, das “vias sobre-humanas” e, portanto, dos “milagres”, no curso dos desenvolvimentos da história profana, no qual depois se insere a experiência do cristianismo.²⁵ Todavia, também no caso dos inícios do *ricorso* (nos inícios do medievo) Deus “permitiu nascer uma nova ordem de humanidade entre as nações, para que *segundo o natural curso das próprias coisas humanas* ela *firmemente* fosse estabelecida”,²⁶ perspectiva dos acontecimentos assaz perigosa no plano da ortodoxia (como confirmam as páginas sobre a barbárie medieval cristã cuja insidiosa severidade encontra poucas correspondências no século das luzes). Em suma, permanecemos em um ponto delicadíssimo, na reafirmação da ideia de que “embora este mundo tenha sido criado no tempo e seja particular, porém, as ordens que ela [a providência] lhe deu são universais e eternas”.²⁷

²⁵ *Sn44*, §1.047, p.934.

²⁶ *Sn44*, §1.047, p.934, grifo meu.

²⁷ *Sn44*, §342, p.549.

Deus que é definido, desde o início do texto, eminentemente “pelo atributo de sua providência”,²⁸ se confirma então por um agir divino “vinculado” à sua “imensa bondade” e “constrangido” a operar pelas “vias fáceis” que a “sabedoria infinita” indica, e das quais, tendo-a por “conselheira”, a própria onipotência torna-se “ministra”.²⁹ Trata-se de páginas da seção *Do método* que se poderia colocar em uma antologia ideal dos êxitos modernos da grande discussão sobre os atributos de Deus. A posição de Vico se destaca ali por tê-la deslocado, com extraordinária energia e inovação, para o terreno do “mundo das nações”, e por ter, com outra consequente inovação, “eleito” como atributos eminentes do divino, operando mediatamente em tal mundo, a “bondade” da sua “vontade” e o caráter “supracompreensivo” da sua “sabedoria” que dita à primeira as vias simplíssimas, “naturais”, com as quais conservar o “gênero humano”. Na tríade dos atributos de Deus são adjetivações relativas à sabedoria e à vontade uma “sábia”, a outra “benigna”, e desempenham ambas uma limitação da concepção voluntarista do divino.

Vico assumia e reformulava assim, no plano do “mundo histórico”, uma diretriz do pensamento teológico que já havia sido aplicada para sustentar a absoluta legibilidade do “mundo natural”, e substanciava o acesso à “cadeia eterna das causas” com uma ambiciosa fundação epistêmica da “ciência” dos fenômenos históricos desconhecida à fundação conjectural setecentista do saber histórico.

II

A “ciência nova” de Vico estava, portanto, em condição de reconstruir, com segurança, os passos seguidos em comum pelas diversas nações, mesmo que separados por tempos diversos e obviamente efetuados segundo modalidades particulares.

Mas se todas as nações gentias *deveram* seguir ao menos as sequencias essenciais de uma ordem comum, se todas *não puderam não* passar – para dar o mais fácil dos exemplos – pelos tempos bárbaros,³⁰ de onde viriam os seus caracteres particulares? De onde

²⁸ *Sn44*, §9, p.421.

²⁹ *Sn44*, §343, p.549, grifo meu.

³⁰ Os lugares e tempos da barbárie, e sua substancial “temporalização” (que

viria o fundamento dos seus aspectos contingentes? De onde viriam as “naturezas” particulares das nações, isto que excede ou precede a sua “natureza comum” objeto de uma ciência do “universal”? E este “onde” pode ser somente, ou prevalentemente, um “onde histórico” ou *deve* ser (propriamente porque o histórico mundo civil das nações, em suas formas estruturais, foi finalmente endereçado a uma ciência do universal), ao menos em maior medida, um onde literal, um “onde espacial”?³¹ E se as naturezas particulares dos povos, enquanto tais, não são universais, põem-se talvez fora da ciência enquanto pura contingência? Não certamente. O inabalável princípio do “impossível-que-não” é o princípio demonstrativo da generalíssima história ideal eterna, dentro do qual se inscreve também o essencial motivo da heterogênese dos fins. Mas o projeto totalizante do edifício enciclopédico viquiano não renunciava, sobre a base da sistemática largamente comparatista do seu proceder, a se servir de saberes teóricos e metodológicos tradicionais, com os quais alargava e confirmava suas reconstruções e as teses que lhes governam.

Vico se volta, então, à tradição teórica e narrativa que ligava os caracteres das nações aos fatores climáticos, enquanto um instrumento “natural” para definir as causas capazes de explicar aqueles aspectos

não exclui, contudo, também a consideração de uma sua mais “natural” “especialização”) constituem um argumento cujo aprofundamento pode contribuir com a problemática deste estudo. Para uma introdução ao tema me remeto a NUZZO, E. Figuras de la barbarie. Lugares y tiempos de la barbarie em Vico. *Cuadernos sobre Vico*, Sevilla, v.15-16, p.151-162, 2003; texto publicado também em versão portuguesa: NUZZO, E. Lugares e tempos da barbárie em Vico. In: GUIDO, H.; SEVILLA, J. M.; SILVA NETO, S. A. (orgs.). *Embates da Razão: mito e filosofia na obra de Giambattista Vico*. Uberlândia: EDUFU, 2012, p.35-53.

³¹ Marco Vanzulli – com quem me agrada dialogar aqui em particular – expressou eficazmente, em suas páginas, a questão dos fatores contingentes e da causalidade na determinação viquiana dos caracteres dos povos, mas, talvez, tenha supervalorizado a força explicativa que, no discurso de Vico, podia assumir sozinho o “como” ou o “onde” histórico: “Determinando as diferentes histórias das nações, aqui, por exemplo, da grega e da romana, existem, portanto, inalienáveis elementos de contingência constitutivos, que, na realidade, também fornecem quase tudo que indica a identidade de um povo: *como* (*onde*, em que condições históricas) um povo surge explica *que coisa* um povo se tornou, a história ideal eterna. Deve-se recordar, além disso, que poucos povos percorreram todo o ciclo, alcançaram desenvolvimento pleno, sujeitos à causalidade do existir, tal como os indivíduos” (VANZULLI, M. Caso e necessità nella nuova scienza vichiana. *Quaderni materialisti*, Milano, v.I, 2002, p.13).

particulares das nações gentias, que, de outro modo, o seu sistema teórico, a partir somente das suas tão extraordinárias “descobertas”, não teria sabido dar conta. As causas geográficas (dali a pouco as *causes physiques* de Montesquieu) constituiriam a esfera opaca do natural, do corpóreo, de onde também surgiam, em tantas partes, os caracteres daquelas nações, por isso, tornadas muito semelhantes pela sua “comum natureza”. Mas aquela esfera das relações entre a natureza espacial e o humano, espaço determinado literalmente por caracteres espaciais e opaco em sua essência contingente, apesar disso, havia sido esclarecida como um sistema estável de constâncias por uma antiquíssima tradição teórica. A ela Vico recorria “naturalmente”, como a um saber “dado” e de desnecessária tematização metódica, que não exigia ser submetido aos questionamentos e procedimentos “desconstrutivos” que despedaçaram tantas opiniões absurdas tradicionalmente consolidadas sobre os “tempos obscuros”. No fundo não resultava obscuro, porque estava ancorado em um determinado espaço, naquele remoto tempo genético que havia produzido “tais e não outros” caracteres determinados das nações.

Todavia, o pensador napolitano, recorrendo decisivamente à tradição teórica das causas naturais, geográficas, dos caracteres das nações, encurvava também ela na direção de êxitos bastante originais e atestava um interesse pela esfera da causalidade natural, e pelo relacionar-se humano com o espaço, que os estudiosos de Vico – pensador do “tempo” por excelência – tendem facilmente a negligenciar e ofuscar. De fato, aquela tradição não somente era chamada a colaborar, com uma peculiar “história geográfica das nações”, na exposição da história universal da humanidade, da civilização. Ponto sobre o qual voltaremos brevemente, ela exprimia também a atenção a um gênero de explicações científicas (como, por exemplo, a da aquisição da estrutura gigantesca das gerações dos homens errantes e dispersos nas selvas por meio do seu “arrastar-se” nas próprias fezes) e, ainda mais profundamente, se vinculava a um interesse original pelo relacionar-se dos homens com as formas espaciais. Um relacionar-se reconstruído a partir de uma inédita exploração psicoantropológica das relações entre o homem e o “outro espacial”: dando lugar assim a uma aguda “antropologia do espaço”, por assim dizer, à consideração das

condições espaciais constitutivas de estruturas psicoantropológicas bem precisas (como aquela que, em outro lugar, defini como a singular “antropologia do mar” viquiana).³² Um relacionar-se reconstruído, depois, por uma investigação tendencialmente sistemática dos “lugares” do humano e das formas “progressivas” do seu habitar.

Como foi dito nos inícios deste contributo, a vertente, ou linguagem, das “causas geográficas” – sobre a qual se concentra a parte final deste texto – é somente uma das três principais sobre as quais, a meu ver, pode ser perseguida a temática dos caracteres dos povos na tradição ocidental e no próprio Vico, e será necessário dizer algumas coisas sobre isso.

Como se sabe, o sistema de teorias e análises relativo às influências climáticas e, mais geralmente, geográficas, continuou a ser por longo tempo, até o *Settecento*, o eixo predileto para explicar os fenômenos de individualidade dos caracteres dos povos no que diz respeito a outras mais gerais legalidades. Além disso, não como simples vicissitude desse sistema, mas tornando-o de relevante interesse historiográfico e também teórico, nele era debatido uma série de importantes nós temáticos problemáticos: a relação entre “individual” e “universal”; entre “espacialidade” e “formas identitárias” de caráter étnico, linguístico, político etc.; mais em geral, entre “natureza” e “cultura”, ou também entre “ambiente” e “vida humana”.

Isto é largamente conhecido, deve-se dizer, e há uma grande quantidade de literatura crítica enfrentando semelhante temática. Mas não se dispõe de uma obra que enfrente sistematicamente, adequadamente, as vicissitudes da reflexão em torno dos fatores “geográficos” e caracteres dos povos.³³ A coisa provavelmente se deve,

³² Sobre os caracteres, momentos e exemplos desta “antropologia do mar” indico: NUZZO, E. Spazi e tempi del Mediterraneo nella storia vichiana della civiltà. Il “Diritto Universale”. *Bollettino del Centro di Studi Vichiani*, Roma, v.XXXIX, n.2, p.7-69, 2009.

³³ Pode assumir a função de útil esboço, sobre vários pontos, o aprazível livro de um consistente e curioso geógrafo, cujo título, contudo, anuncia já seus limites: PINNA, M. *La teoria dei climi. Una falsa dottrina che non muta da Ippocrate a Hegel*. Roma: Società geografica italiana, 1988. Por outro lado, vai além daquilo que promete o subtítulo, o robusto trabalho, em vários versos fascinante, de VASAK, A. *Météreologies. Discours sur le ciel et le climat, des Lumières au Romantisme*. Paris: Champion, 2007. Esta não pode constituir, porém, a obra completa de que

em primeiro lugar, à vastidão e dificuldade de tal empresa, pode-se dizer. Porque ela exige não só o estudo analítico de uma “linguagem” não unilinear e não unilateral (já que, além da vertente “geográfico-climática”, a “linguagem geográfica” mais geral compreende também outras, como logo será dito), mas exige também o estudo de outras linguagens, bem distintas daquela geográfica, embora várias vezes com ela implicadas: como a “religiosa” e a “política”, principalmente. De fato, no estudo da enorme constelação problemática e temática pertinente aos caracteres das nações se distinguem bem diferentes tradições, hermeneuticamente configuráveis como verdadeiras e próprias “linguagens” dotadas de uma relativa autonomia e evolução conceitual. Começo a enunciar as três linguagens que, a propósito, me parecem mais importantes na história do pensamento ocidental, discorrendo sobre elas de acordo com dois distintos planos, definíveis em termos contemporâneos, de uma ordem “natural” e de uma ordem “cultural”.

Ao primeiro é fácil remeter uma linguagem geral de caráter “geográfico”, a qual, por sua vez, será subdividida em três diretrizes bem determinadas, cujas duas primeiras foram assumidas por Vico, como por tantos outros autores da sua época. É oportuno abordá-las preliminarmente com a máxima concisão, antes de passar a uma ainda mais concisa apresentação das outras duas linguagens principais com cujos termos foram pensados, representados, os caracteres dos povos.³⁴

seria importante dispor visando, sobretudo, à constituição da meteorologia como ciência e, portanto, também, aos seus antecedentes longínquos.

³⁴ Apresento algumas sóbrias anotações sobre esta linguagem em um recente estudo meu: NUZZO, E. Mediterraneo e caratteri dei popoli. Paradigmi della misura alle origini del modello “etno-geografico-climatico”. In: BUFALO, R.; CANTARANO, G.; COLONNELLO, P. (orgs.). *Natura storia società*. Studi in onore di Mario Alcaro. Milano-Udine: Mimesis, 2010, p.109-145. Diversas páginas suas refluem no presente texto, e o indico como esboço de uma primeira trajetória na teoria dos climas e dos caracteres dos povos, de Hipócrates a Aristóteles. Um desenho mais amplo da conceituação das relações entre fatores naturais climáticos e caracteres dos povos, que se estende a boa parte da antiguidade, está no livro de SASSI, M. M. *La scienza dell'uomo nella Grecia antica*. Torino: Bollati Boringhieri, 1988. Sobre o período *settecentesco*, em particular “napolitano”, foi publicado já um breve estudo meu sobre Filangieri: NUZZO, E. Tra geografia e storia. Caratteri delle nazioni e identità patrie in Gaetano Filangieri. In: AMODIO, P.; D'ANTUONO, E.; GIANNINI, G. *L'etica come fondamento*. Scritti in onore di Giuseppe Lissa. Napoli: Giannini Editore, 2012, p.25-32.

A primeira diretriz – tematizando temperamentos, índoles, dos indivíduos e dos povos – se pode definir “antropo-étnico-climática” ou “médico-anropológico-climática” (enquanto se constitui a partir de uma “matriz hipocrática”, como se sabe, e depois largamente retomada e remodelada por autores como Galeno).

Uma segunda diretriz refere-se às condições materiais espaciais-geográficas de tipo não climático, ou não diretamente climático (caracteres mais reentrantes nas jurisdições disto que, em termos a nós vizinhos, se denomina geografia do território, geografia econômica etc.): às extensões, configurações (relevos, planícies etc.) e caracterizações dos espaços geográficos segundo fatores tais como os recursos produtivos, a sustentabilidade demográfica, a colocação e caracterização de tipo estratégico, com formas, portanto, de maior influência do “natural” sobre o “político” por meio da mediação dos costumes. Em tal sentido, nessa diretriz, há uma forte abertura para relacionar, ou relacionar mais fortemente, o elemento espacial com aquele temporal humano, com o “tempo histórico”.

Uma terceira diretriz da linguagem geográfica pode ser definida no “discurso astrológico” ou “astro-antropo-etnográfico”, plenamente amadurecido no curso da idade clássica (óbvio recordar Ptolomeu) e retornado com máximo vigor, em unidade com o “discurso mágico” congênere, no Renascimento, mas já no tempo de Vico quase completamente superado (mas ainda presente, não por acaso, pelo menos na versão de um sistema de pensamento, naquele de Bodin, frequentado seguramente por ele). Temos que admitir aqui a ação dos tempos naturais astrais, tempos vicissitudinários constantes, mas também tempos individuais (por meio das conjunturas), seja na forma dos fenômenos astrais (eclipses particularmente), seja sobretudo na forma dos fenômenos, dos destinos, dos indivíduos (astrologia genética etc.) ou das cidades, regiões, povos (astrologia universal etc.).

Do “tempo histórico” da gênese das estirpes, na dimensão do “evento”, é constitutivamente caracterizada uma linguagem bem diversa, ou conjunto de tradições. Trata-se da linguagem que se pode definir, em sentido estrito, “antropogônico”, caracterizado decisivamente na cultura ocidental pelo discurso, tornado teológico, da cultura hebraico-cristã: o discurso do nascimento das raças, das estirpes

e depois, então, dos caracteres dos povos, a partir de determinados progenitores (Adão, Noé).

Em tal linguagem não é, contudo, unívoco e unilinear o nexa natureza-cultura, que pareceria todo curvado sobre o plano do tempo histórico, dos eventos cruciais que se dão no tempo: o dar-se da progênie de Adão, da progênie de Noé, das descendências de Sem, Jafé, Cam. Em tal diretriz, na “antropogonia” e na “etnogonia” hebraico-cristã de matriz bíblica, de fato, o momento do dado histórico, diacrônico (existe no início precisamente um evento), e, com esse, do dado ético (derivante do diverso “caráter moral” do progenitor), liga-se, pode ligar-se, a uma impostação ou a um êxito fixador de teor absolutamente “naturalista”, consentindo que possa prevalecer enfim o elemento “natural”: pensa-se obviamente nos empregos “racistas” das histórias dos descendentes de Cam, ou Jafé, dos “semitas” e dos “camitas”, nas caracterizações dos povos ligados às narrações de eventos, de episódios históricos (os hebreus etc.).

Esta linguagem foi obviamente retomada por Vico sem hesitações, mas não sem inovações, ao impor-lhe, junto com a distinção fundamental entre história sacra e história profana, também o conjunto de propostas, de análises, conseguintes à correlativa abordagem monogenética da reconstrução da história da humanidade (derivada inteiramente do tronco adâmico e depois das descendências de Noé): em constante defesa dos ataques provenientes de um insidioso poligenismo; mas também com uma obra original de diferenciação das explicações monogenéticas prevalentes em termos do usual “difusionismo” cultural caro aos “eruditos sacros” (Bochart, Huet etc.), aos quais opunha um fundamental “poligenismo cultural”, de certo modo correto em determinados contextos geográficos (principalmente naqueles das áreas contíguas ao “Oriente sacro” dos hebreus, que iam até o mar mediterrâneo).

Vico se propunha assim – com a riqueza das argumentações desenvolvidas já no *Diritto universale* e particularmente do *De Constantia* – trazer juntas uma essencial teoria de não ímpio “poligenismo cultural” (qualquer nação, em linha de máxima, sendo capaz de desenvolver-se sozinha ao longo de todas as sequências da história ideal eterna) e uma visão subordinada de formas contidas de “propagacionismo cultural”,

de propagação da *humanitas* (especialmente, nos inícios, mediante relações conotadas por um elemento de conflitualidade presente nas guerras, mas também nas transmigrações marítimas dos fâmulos). Desse modo, por um lado, combatia as teses ímpias de absoluto “poligenismo” (à La Peyrère) correlatas à hipótese, sustentada pelos chineses, da enorme antiguidade do mundo; tese mais do que ofuscada pela percepção de que os gregos escaparam ao dilúvio, protegendo as “ciências antidiluvianas”. Por outro lado, tomava partido abertamente contra os “Eruditos cristãos” (fácil notar a referência à figuras como as de Samuel Bochart, Daniel Huet etc.) que marcadamente pretendiam encontrar em todas as expressões culturais doutas difusas pelo Mediterrâneo (egípcios, fenícios, gregos etc.) a velada sobrevivência ou ecos da sabedoria hebraica, da *Mosis schola*. Nesse sentido, a separação entre “história sacra” e “história profana” (com efeito, nada absoluta no plano metódico) desvinculava a máxima parte do desenvolvimento das nações gentias da história do povo hebreu, contradizendo, pela raiz, as teses essenciais daqueles estudiosos pios, segundo os quais as doutrinas e figuras mais antigas e renomadas dos gentios ecoavam, de modo deturpado, corrompido, pálido, veladamente, verdades e figuras expressas nas Sagradas Escrituras.³⁵

No plano mais estritamente histórico se deve reportar ainda a uma terceira “linguagem”, que tem a ver com os caracteres das nações, a outra tradição, em diversos níveis, mais longeva e difusa do que aquela climática. Trata-se da “tradição política” das meditações sobre o legislador (o fundador, mais ou menos filósofo) ou também, mais em geral, sobre o elemento ético-político-jurídico (costumes, leis etc.). Nesse caso, porém, o nexos com os caracteres das nações é bem mais flébil e muito mais mediado. Na realidade, no discurso “ético-político” – já na idade clássica, mas especialmente na tratatística política moderna – os

³⁵ Retomo aqui as indicações críticas de um outro estudo de minha autoria, já citado: NUZZO, 2009, p.7-69. Nesse estudo, e já noutro precedente, intitulado: Gli “Sciti” e i “Chinesi” di Vico. In: ARMANDO, D.; MASINI, F.; SANNA, M. (orgs.). *Vico e l’Oriente: Cina, Giappone, Corea*. Roma: Tiellemedia, 2008, p.301-35, inicie uma série de análises sobre as reconstruções que o pensador napolitano elaborou das vicissitudes e da função dos caracteres de uma série de nações (caldeus, citas, chineses, etruscos, egípcios, fenícios, cretenses, gregos etc.) na laboriosa obra de preparação de uma verdadeira e própria história da civilização.

fatores fundadores e conservadores, que operam sobre as estruturas políticas, investem inicialmente os caracteres das nações particulares (de Minos, Licurgo, Sólon, Rômulo etc., são largamente forjados os caracteres dos cretenses, dos atenienses, dos romanos); mas eles são fortemente “generalizáveis”, e a ação exemplar de um legislador é, em linha de máxima, reproduzível universalmente em outras situações favoráveis, organizando outras cidades e nações. Daí, portanto, o caráter dos diversos povos resulta frequentemente devedor, na história da cultura ocidental, de elementos que podem ser reconduzidos mais estritamente ao plano do agir histórico, “histórico-político”.

Pois bem, esse tipo de linguagem histórica, com efeito, “histórico-político” – que tantas vezes atravessa, ou sustém, as discussões sobre as formas de governo na cultura ocidental e as tentativas de construir uma ciência dos fenômenos políticos (tentativas constitutivamente expostas à falência, ou ainda, à recaída em inacabadas e intermináveis casuísticas) –, se não faltou aflorar nas páginas de Vico (como no *De uno*), estava destinada a ser totalmente ultrapassada pela sua ciência do mundo histórico: uma ciência que colocava como objeto a totalidade dos fenômenos humanos; que definia como sujeitos históricos, na sua maior parte, os sujeitos coletivos, aos quais eram reconduzidos, também, os heróicos fundadores de cidades, povos e formas de governo; que fazia nascer espontaneamente as formas políticas dos conflitos entre os grupos sociais, e não do arranjo atemporal das paixões humanas, muito menos do cálculo racional dos fundadores dos povos e comunidades políticas. Provavelmente ninguém como Vico, que também se fazia o máximo protetor dos antigos dotes da prudência política (e também cauteloso admirador até mesmo de superadas “míticas” formas políticas nascidas da virtude daquela prudência³⁶), trabalho tanto em seu tempo para a superação da linguagem fechada do “histórico-político”. Ainda que, como sempre, consultando os mais diversos materiais, também e sobretudo, naquelas tradições ele podia consultar e confirmar sua recuperação das teorias sobre os nexos irrefreáveis entre formas políticas-costumes-caracteres dos povos e causas naturais geográficas.

³⁶ Sobre o tema remeto, sobretudo, a NUZZO, E. Vico e il “mito veneziano”. In: DE MICHELIS, C.; PIZZAMIGLIO, G. (orgs.). *Vico e Venezia*. Firenze: Olschki, 1982, p.199-222.

III

Em uma investigação que cubra todo o arco da meditação viquiana sobre a variedade e a vinculação dos fatores causais dos fenômenos históricos dever-se-ia proceder a uma reconstrução analítica já dos primeiros movimentos, nela, da reflexão sobre os caracteres das nações.

Pelo momento, limito-me a chamar a atenção sobre dois pontos já aflorados nas orações inaugurais. O primeiro diz respeito a um exemplo precoce de *ricorso* – dentro de um discurso que investia sobre os caracteres de alguns povos do mundo antigo e daquele moderno –, também a condições gerais de caráter geográfico para explicar a robustez e a feliz duração de potentes instituições políticas. Nesse sentido, pode-se recordar o apelo às *Sinenses* na *Oratio V* de 1705, que tinha por objeto a questão – tão congruente à inspiração “humanista” das *Orationes* – da superior ou menor *diginitas* da “*res literaria*” ou da “*res militaris*” respectivamente. A tese não inédita segundo a qual “*Res publicas tum maxime belli gloria inclytas et rerum imperio potentes, quum maxime literis floruerunt*” exigia que viessem rejeitadas as objeções fundadas nos casos históricos de gentes e grupos políticos potentes pouco ou nada dedicados às letras (espartanos e cartagineses na antiguidade, turcos no mundo moderno), tendo em vista a existência de exemplos, por sua vez, contrários. Eis que, refutadas aquelas objeções, enquanto para o mundo antigo (no qual se mostraram “agudíssimos” os atenienses) vinha reivindicada a congruência das guerras dos romanos com o direito humano e divino das gentes (um tema já importante de reflexões era o fato de que um povo não definido pela preeminência de uma práxis letrada não se afastasse do justo), para o mundo contemporâneo, por outro lado, vinha legado unicamente o eloquente *exemplum* dos chineses. Bem, o seu “*maximum et beatissimum imperium*” era devido, com efeito, a uma série de condições “histórico-políticas” (ser instruídos nas letras e retamente governados por instituições pacíficas, adversas à guerra), mas também ao fator material de ser naturalmente protegidos pela vastíssima extensão de seu território, além das

fortificações militares constituídas pelo grande *murus*, superados depois pelos Citas.³⁷

Mas as *Orationes* apresentam páginas interessantes sobre o tema da “identidade pátria” em Vico, vertente da qual não se pode prescindir a fim de perseguir os complexos processos por meio dos quais se afirmou e mudou uma constelação de sentidos de pertencimento, mais ou menos intrincados a formas dinâmicas de conceituação, que acompanhava e contracenava com importantes teses ou enunciações teóricas essenciais: das iniciais (depois profundamente mudadas, mas nunca totalmente abandonadas) expressões de “patriotismo itálico” às intensas declarações de um “universalismo” mais generoso que as usuais posições cosmopolitas. Também o tão retórico *excursus* da *IV Oratio* sobre a “pátria” napolitana pode resultar interessante para a representação de uma série de bem compatíveis identidades pátrias: aquela da cidade de Nápoles de antiquíssima fundação e de extraordinária benignidade das condições climáticas, com um “*genium loci*” que consentiu que “*indigenae docilissimi, ingeniosissimi, fortissimique nascantur*” (o que significava violar, em pelo menos alguns aspectos, o mais difuso estereótipo do “napolitano” já afirmado ou em vias de afirmação), àquela da Itália, uma “terra” que detêm “*principatum religionis*” com relação a “*reliquas omnes orbis terrarum gentes nationesque*”, até aquela do potente *imperium* hispânico com o qual a pátria meridional felizmente se juntou.³⁸

Além do mais, cabe perseguir analiticamente como diversos sentimentos de pertencimento, cifras identitárias (e materiais teóricos concernentes) deram-se, e puderam também conviver tranquilamente, em Vico: o sentimento de pertencimento, em verdade bem contido, propriamente “cidadão”, do “napolitano”;³⁹ aquele relativo à “pátria estatal” do Reino, com o registro de expressões comuns do princípio da

³⁷ VICO, G. Oratio V. In: _____. *Le orazioni inaugurali, I-VI*. Organização e tradução italiana de G. Visconti. Bologna: Il Mulino, 1982, p.166, 182.

³⁸ VICO, G. Oratio IV. In: _____. *Le orazioni inaugurali, I-VI*. Organização e tradução italiana de G. Visconti. Bologna: Il Mulino, 1982, p.153-154.

³⁹ Vico esteve muito interessado em introduzir Nápoles também em um discurso de tipo comparatista. Sobre os últimos êxitos, do “Vico maduro”, na reconstrução das origens fenícias e gregas de Nápoles, na esteira de suas teorias sobre as “colônias” no Mediterrâneo: Cf. *Sn44*, §304, p.534.

lealdade dinástica; aquele relativo a uma identidade pátria, histórico-cultural, “italiana”, linguística em primeiro lugar, bem distinta daquela da herança “itálica”; aquele pertinente a um identidade “europeia” (que *de jure* não contradizia a impostação universalista da “história ideal eterna” e da história factual da civilização humana) afirmada seja no plano do sentido “eurocêntrico” do pertencimento à área onde, na modernidade, foram obtidas as maiores conquistas da “razão”, da “equidade” própria ao homem, seja no plano de um destacado sentido “classicista” de pertencimento à “república das letras”.

Mas antes de ir rapidamente para a configuração dos caracteres dos povos antigos, implicados na temática da antiga sabedoria itálica, portanto, no *De antiquissima*, vale dirigir a atenção, por um momento, sobre as primeiras decisivas e bem conhecidas enunciações em torno dos caracteres das nações implicadas na reflexão epistêmico-metodológica-pedagógica do *De ratione*, e ainda mais sobre o motivo, de notável relevo, da fundação cultural e particularmente linguística das índoles das nações afirmado decisivamente naquele texto.

Neste sentido, em páginas importantes do *De ratione*, a contraposição da peculiaridade intelectual, literária do *ingenium* italiano, da índole da nação italiana frente aquela francesa (com a comparação entre racionalidade “geométrica” francesa e “engenho” italiano e espanhol), era acompanhada da teorização – sustentada por “*summis philosophis*” – de que “*linguis ingenia, non linguas ingeniis formari*” (afirmação “intensificada” pela tradução segundo a qual “a índole dos povos se formam com as línguas e não as línguas com as índoles”); afirmação que, se pode supor, ecoava não somente uma genérica antiga tradição, mas o enunciado preciso de Isidoro de Sevilha: “*Ex linguis gentes, non ex gentibus linguae exortae sunt*”.⁴⁰ Daí, então, baseada em sua língua imaginativa, a declaração do absoluto primado dos italianos em todas as artes (“*uni Itali pictura, sculptura, architectura, musica omnibus orbis terrarum nationibus praestiterunt*”) e o desenho histórico-literário da riqueza da língua italiana (por meio da evocação de Guicciardini, Boccaccio, Petrarca, Ariosto, Tasso) demonstrando o quanto aquela língua “beatíssima”, a ponto de tornar

⁴⁰ ISIDORO DI SIVIGLIA, *Etymologiae*, IX, I, 11.

a italiana a nação mais rica em agudeza após a espanhola (“*unde Itali post Hispanos acutissimi nationum*”), era extremamente apta a efetivar um saber voltado para a eloquência da vida civil, ao contrário daquela “sutilíssima” dos “Gálios”, voltada às sutilezas da análise matemática.⁴¹

Mais adiante, pode-se antecipar – amadurecido o quadro conceitual da nova ciência das nações (portanto, também, o tema constante da possível assimetria dos tempos históricos das diferentes nações em relação aos “justos passos” do seu curso “natural”) – a característica da “língua delicadíssima” francesa como sendo derivada da “imatura passagem da barbárie às ciências mais sutis”, expressa no fato (também a ela conseguinte) de que “em meio à barbárie de mil e cem é aberta a famosa escola parisiense, onde o célebre mestre das sentenças Pedro Lombardo se pôs a ensinar a sutilíssima teologia escolástica”. O caso do percurso da civilizadíssima “nação francesa” (civilizadíssima nação tida por Vico como a mais refinada de uma unitária comunidade cultural europeia), conduzida precocemente a um exercício teórico altamente reflexivo, a um pensamento “sutilizado”, a uma “crítica metafísica e de álgebra”, duplicava o caso dos gregos, cujos “filósofos apressaram o curso natural que deveria fazer sua nação, surgindo quando era ainda crua a sua barbárie, passando imediatamente a uma suma delicadeza e, ao mesmo tempo, conservando inteiras as suas histórias fabulosas”.⁴² Nos dois casos, um fenômeno cultural, o acontecimento precoce de um pensamento altamente reflexivo, é apresentado como o fator de aceleração do processo histórico normal, o do caminho percorrido “com justo passo” pelos romanos. E fica, todavia, a interrogação (que Vico não parece interessado em formular e nem em solucionar) do porque nessas duas nações não possa se afirmar um assim inusitado pensamento, tão “delicadamente” agudo: a menos que a nativa disposição desses povos – muitas vezes, em outros contextos, afirmada e assumida – não ajude a explicar substancialmente aquele fenômeno, reportando,

⁴¹ VICO, G. De nostri temporis studiorum ratione. In: _____. *Opere*. Organização de Andrea Battistini. Milano: Mondadori, 1990, p.140-142.

⁴² *Sn44*, §158, 159, p.501-502. “A nossa França” é a “Grécia deste nosso Mundo presente”, assim havia escrito Vico numa carta de 1726 a Eduard de Vitry (Cf. VICO, G. *Epistole*. Organização de Manuela Sanna. Napoli: Morano, 1992, p.131).

ainda uma vez, à cadeia causal impressa pelos condicionamentos naturais, físicos, climáticos.

Mas é preciso retroceder e retomar, na íntegra, uma breve passagem do *De antiquissima* sobre o tema das nações, texto em que esse tema era assumido nos termos – definível em seu conjunto como “patriótica-intelectual-filosófica” e “patriótica-itálica” – da tradição da antiquíssima sabedoria itálica.⁴³ Tradição apresentada centralmente naquele texto, mas residualmente presente, também, na produção sucessiva do filósofo napolitano com a confirmação do caráter decisivo de pelo menos alguns elementos (como a primazia dos povos itálicos sobre os gregos em um desenvolvimento cultural devedor dos egípcios e dos fenícios), ainda quando a meditação viquiana havia se libertado, com a drástica crítica à “soberba” das “nações” e dos “doutos”, do princípio racionalista “genealógico-especulativo” que epistemologicamente governava aquela tradição.

É esse, em particular, o caso dos etruscos, que Vico teria retomado a fim de repropor, mesmo em um contexto conceitual já radicalmente transformado, o nexos entre egípcios e civilização da Etrúria sobre o qual se havia extensamente discorrido, em chave de “patriotismo itálico”, no *Proemium* do *De antiquissima* e, depois, na chamada *Seconda Risposta*. No *Proemium* do livro de 1710, o autor havia qualificado os jônicos e os etruscos como duas “*doctae nationes*” e os segundos, marcadamente, como uma “*eruditissima gens*”, a qual havia precedido os gregos nos saberes mais essenciais.⁴⁴ Na conhecida *Seconda Risposta*, de 1712, a precedente “forte conjectura de que na Itália existissem letras muito mais antigas que as gregas” havia sido transformada no cerrado intento demonstrativo de que aqueles saberes proviessem do “grandíssimo império” florescente no Egito: “porque coisa verossímil ou mesmo *necessária* é que os egípcios, assenhoreando todo o mar interno, facilmente pelas suas margens teria subtraído colônias e assim, para a Toscana, levado a sua filosofia”.⁴⁵

⁴³ NUZZO, E. La tradizione filosofica meridionale. In: AAVV. *Storia del Mezzogiorno*. Napoli: Edizioni del Sole, vol.X, tomo III, 1992, p.24 et seq.

⁴⁴ VICO, G. De antiquissima italorum sapientia. In: _____. *Opere filosofiche*. Organização de Paolo Cristofolini e introdução de Nicola Badaloni. Firenze: Sansoni, 1971, p.57-59.

⁴⁵ VICO, G. Risposta di Giambattista Vico all'articolo X del tomo VIII del

A prioridade dos etruscos em relação aos gregos na prática dos conhecimentos e artes aprendidos dos egípcios (cujos superiores saberes práticos, particularmente no campo da navegação, também os fenícios, pelo menos em um primeiro momento, apresentaram-se como devedores) e depois transmitidos aos romanos, teria sido valorizada no *Diritto universale*, antes de vir diminuído pelo interesse pelos “toscanos” na primeira edição da *Scienza nuova*. Mas dentro de um quadro teórico que já, antes disso, modificava radicalmente aqueles caracteres e significados. Realmente, sobretudo a partir do *De constantia*, o decisivo redimensionamento da longínqua antiguidade, inclusive das nações mais douradas, impedia projetar a obtenção e a transmissão de saberes não elementares em uma remotíssima antiguidade imersa “na puerícia do mundo”, e que devia responder às urgentes exigências da “necessidade” e não, certamente, às solicitações do “prazer” ou do “cômodo”.⁴⁶

A recordação de aspectos precisos da abordagem das gentes do mediterrâneo no Vico do *De antiquissima* parece oportuna nesse discurso, não tanto para evocar uma bem conhecida mudança de perspectiva epistêmica e crítica, quanto para manifestar a importância de reconstruir acuradamente os materiais, os motivos, as “linguagens”, que teriam confluído no complexo arranjo da ciência das nações e dos seus caracteres, cuja elaboração havia sido já potentemente preparada no *Diritto universale*, particularmente no *De constantia*. Nesse sentido, os materiais relativos à “propagação cultural” elaborados no tempo do *De antiquissima* foram depois utilizados, mesmo que no interior de uma perspectiva crítica bastante remexida, adaptando-se ao objetivo

“Giornale de’ Letterati d’Italia” (1712). In: _____. *Opere filosofiche*. Organização de Paolo Cristofolini e introdução de Nicola Badaloni. Firenze: Sansoni, 1971, p.147, grifo meu.

⁴⁶ VICO, G. Sinopsi del diritto universale (1721). In: _____. *Opere giuridiche*. Organização de Paolo Cristofolini e introdução de Nicola Badaloni. Firenze: Sansoni, 1974, p.7. Tais considerações se apoiavam na meditada formulação dos princípios gerais que prefiguravam sucessivas “dignidades” célebres. “A natureza dos homens é feita de tal modo que, primeiro, almeja o necessário, depois o cômodo, finalmente o prazer”. “A natureza própria dos homens é feita de tal modo que, primeiro, advertem as coisas que tocam os nossos sentidos, depois os costumes, enfim as coisas abstratas” (Ibid.) Estamos diante já dos elementos de uma inalcançada estrutura do dinâmico mundo humano, elementos que confluirão na noção madura da “história ideal eterna”.

de tornar eficazmente plausível o novo quadro de uma história da civilização. Nesse complexo quadro, a tese propriamente viquiana do “poligenismo cultural”, associada à irrenunciável tese do “monogenismo e da monopropagação étnico” (de Adão, de Noé) típica da ortodoxa linguagem religiosa cristã, podia encontrar acolhimento apropriado no compatível recurso a elementos de “propagação cultural” (alguns dos quais difundidos desde o “Oriente sacro”), dos quais se retomarão, logo, outras provas, úteis à melhor compreensão da aquisição, por determinadas gentes, de “caracteres culturais” particulares.

O aceno às fundamentais e iniludíveis seqüências do humano (como aquela que vai do “necessário” ao “cômodo”) nos avizinha, pois, à linguagem, por assim dizer, “histórico-cultural”. Enquanto isso, dentro da complexa “linguagem histórica”, aquela tradicionalmente “histórico-política” dos “fundadores” da cidade, das formas políticas, é radicalmente posta em jogo pela sua transformação em “caracteres poéticos” (como Cadmo, por exemplo, a propósito dos citados fenícios), e a esfera dos eventos históricos particulares (mas depois reconduzidos a gêneros recorrentes, como as transmigrações, as colônias, as guerras, as conquistas) por sua vez, será chamada a explicar, relevantemente, o desvio de uma nação do seu “curso natural” de desenvolvimento.

Decidindo terminantemente o configurar-se dos caracteres peculiares dos povos (“naturais” e/ou “culturais”), ou pelo menos contribuindo largamente com a sua explicação, serão continuamente evocadas as condições naturais de caráter “geográfico”, “ambientais” e “climáticos”. Em relação a isso é oportuno dizer algo acerca da abordagem de alguns povos, em parte já referidos (caldeus, egípcios, fenícios, etruscos, cretenses, gregos, citas etc.), sistematicamente proposta por Vico naquele enorme laboratório da sua meditação que foi o *Diritto universale* e, em particular, no *De constantia*. Mas, antes é preciso deter-se sobre uma importante página do *De uno*, na qual aparece uma primeira exposição orgânica das causas climáticas da “*populorum natura*” e, portanto, da sua influência sobre as formas de governo.

Tal *excursus* atesta, pela primeira vez de modo sistemático, a importância explicativa assinalada por Vico aos caracteres das nações definidos enfim por via “natural”; e ao mesmo tempo atesta como o argumento “natural-climático” viria declinado, absorvendo a

tarefa de afirmar, frente à moleza asiática, a supremacia ético-política da “fortaleza” europeia (e particularmente romana) – geralmente expressa na forte inclinação aos governos dos *optimates* ou ao “*principatus civilis*”, mas também articulada em função dos caracteres naturais específicos das diversas “gentes”.

Uma rápida preliminar consideração deve ser elaborada a propósito. Observa-se, em primeiro lugar, que o recurso à causalidade natural climática se conectava à forte presença, nas páginas do *De uno*, de um interesse bem usual pela investigação das formas dos governos, em suma, à atuação daquela tradicional “linguagem histórico-política”, cuja presença permanece residual na inovadora ciência das nações viquiana, e cuja estruturação de fundo será por ela desdita. Em segundo lugar – derivando do complexo discurso “topo-etno-psicológico” exposições marcadamente caracterizadas pelo nexos entre clima e formas políticas –, Vico, nessa etapa da sua meditação, tendia a configurar, com efeito, uma relação causal demasiado fechada, unilinear, entre “*populorum natura*” e “*rerumpublicarum formae*”, como anuncia já o explícito título do *caput CXLV* do *De uno*, “*De formis rerumpublicarum ex populorum natura*”.⁴⁷ Em terceiro lugar, ele esboçava uma fenomenologia dos caracteres “antropológicos” e “políticos” das nações, na qual vislumbra um esforço sistemático, mas também elementos de incompletude, ao assumir os tradicionais pares opositivos “topo-etno-psicológicos”. Desses, ele retomava os pares essenciais de caráter “antropológico” “*fortis-mollis*” e “*acutus-rudis*” (pares ou termos que serão colocados por Vico também em uma perspectiva diacrônica, como veremos no final deste texto) e a sua conexão com aqueles pares opositivos “geográficos” “europeus-asiáticos” (ocidentais-orientais). Mas só tacitamente fazia florescer o outro par setentrional-meridional, indicado para as experiências de uma moleza também meridional (como no caso dos “Sículos”), além da “asiática”, da qual não teria sido fácil indicar as causas climáticas peculiares: porque foi tradicionalmente modulado a partir da

⁴⁷ *De uno*, CXLV, p.179. Como é conhecido, já em Hipócrates estava presente um tipo de explicação de “condicionamento recíproco” entre fatores naturais e institucionais.

tripartição “setentrional-temperado-meridional” (deixando aqui de lado a doutrina ptolomaica dos sete climas etc.). Assim, no *De uno*, era proposta primeiramente uma bipartição geral entre quase todos os “europeus” e os “asiáticos”, depois, com efeito, uma quadripartição que consentia, em seu interior, as variadas configurações dos nexos entre naturezas dos povos, com as suas aptidões às formas políticas, e as formas políticas propriamente ditas, tal como se deram entre os antigos povos europeus habitantes das regiões do Mediterrâneo.

Uma primeira distinção fundamental era posta entre as gentes *fortissimae*, representadas por quase todos os europeus (“*tales fuere europaei ferme omnes*”), e então dispostas a formas de governo potentes ou monarquias temperadas (“*principatus civilis*”), e vice-versa aquelas “moles e rudes”, representadas pelos “asiáticos”, facilmente subjugadas por uma monarquia pura e levados a viverem “*sub regnis meris*”. Logo, em um discurso orientado a sustentar a natureza “ética” do verdadeiro direito e caracterizar os romanos como povo cuja história era, por isso mesmo, exemplar, um aspecto bastante relevante é que a fortaleza das gentes de que se fala não resida na sua mera potência guerreira ou supremacia nas guerras, pois que a verdadeira *fortitudo* é dirigida “*ad tutelam, non ad iniuriam*”.⁴⁸

Entre os ocidentais, contudo, ao seu redor existiam gentes “*acutissimae et molles, quales siculi*”, por conseguinte, subjacentes *tyrannis*; “*acutissimae et fortes*”, “*ut cretenses, athenienses, carthaginenses*” que souberam encontrar “*leges et libertatem*”; enfim “*fortissimae, non tam acutae*”, “*ut romani*” que conquistaram mais lentamente “*libertatem*”. Como se vê – sem que o autor sentisse, porém, a necessidade de uma explicação teórica das premissas de suas asserções –, na agudeza nativa vinha definido, de certo modo afirmado, um fator positivamente dinâmico, mas perigosamente disposto a assumir diversas e opostas conformações: como aquela – própria dos cretenses, atenienses, cartagineses – da agudeza associada à força, operante, a princípio, na conquista de um viver civil e livre, da *libertas*, ou como aquela – própria dos Sículos – da agudeza associada à moleza e então, vice-versa, facilmente disposta ao modo

⁴⁸ *De uno*, CXLV, [1-2], p.179.

de vida obediente sob a tirania. Os primeiros, gentes “*acutissimae et fortes invenere leges et libertatem*”, enquanto os segundos, “*acutissimae [...] sed molles [...] statim tyrannis cessere*”.⁴⁹

Muito interessante nesse quadro é o posto ali reservado aos romanos, cuja história, no *Diritto universale*, adquiria plena função de “povo campeão” da humanidade e um firme caráter paradigmático: seja como privilegiado repertório de um enorme material histórico, seja pelo exemplar e gradual curso dos fatos humanos rumo à conquista do verdadeiro-justo.⁵⁰ Os romanos aqui se apresentam como exemplo único de um povo que não se destaca por agudeza de engenho e que, por isso, tardiamente, após longo caminho, atinge um viver civil livre, exemplo único, portanto, de gentes “*fortissimae, non tam acutae, sero libertatem experti*”.⁵¹

Não pretendo superexpor criticamente este lugar dando a ele o peso muito importante de um genérico “imaginário da medida” (radicado numa bastante sólida tradição “pré-moderna”, clássico-humanista) que de longe, ou melhor, da profundidade de uma esfera “imaginativa” substancialmente irreflexiva, governará, de modo significativo, não somente a indicação dos romanos como aqueles que paradigmaticamente “caminharam com justo passo”,⁵² mas, em geral, uma série de

⁴⁹ *De uno*, CXLV, [3-4], p.179. A oposição entre a disposição à tirania, aos “*regna mera*”, “*apud asianos*” e, por outro lado, o ódio por tais formas de governo por aqueles mais “*apud occidentales*”, mas não entre os “*siculi*” ou os “*aethrusci*”, retornaria em: VICO, G. De constantia Iurisprudentis (1721). In: _____. *Opere giuridiche*. Organização de Paolo Cristofolini e introdução de Nicola Badaloni. Firenze: Sansoni, 1974, II, CXXXVIII, [8-9], p.169 (de agora em diante *De const.*).

⁵⁰ Para Vico – conforme um estudo indiscutível sobre o tema –, Roma é “o paradigma da história, que ele deve examinar e reexaminar para encontrar as demonstrações de sua filosofia”. Entre os “povos privilegiados pela sua investigação” – os Gregos, os Romanos, os povos ocidentais constituídos após a queda do Império romano de que falava Meinecke – “o povo romano é, por excelência, o ‘povo campeão’ porque Roma é, por sua natureza, por sua origem e por seu destino histórico, cidade fortemente definida e significativamente universalizada: a mais viquiana das cidades” (PIOVANI, P. Il debito di Vico verso Roma. *Studi romani*, Roma, vol. XVII, p.1-17, 1969, mas que cito a partir de PIOVANI, P. *La filosofia nuova di Vico*. Organização de Fulvio Tessitore. Napoli: Morano, 1990, p.103, 107).

⁵¹ *De uno*, CXLV, [5], p.179.

⁵² Diferentemente dos gregos e, depois, dos franceses, “os romanos [...] caminharam, em seus costumes, com justo passo” (*Sn44*, §158, p.502), “se fazendo regular pela providência por meio da sabedoria vulgar [...] de modo que, em meio às causas internas e externas que destroem tal forma de Estados, puderam humanamente resistir” (*Sn44*, §1.088, p.953-954).

posições, expressões de juízo, exposições axiológicas, todas reconduzíveis enfim a uma tácita opção, precisamente, pelas razões do “meio”, do “temperado”, disso que se coloca entre os extremos e não se dirige para nenhum extremo. Um apreço subterrâneo, quando não um elogio, da “bela medida” não abandona nunca o pensamento viquiano, integrando-se, na verdade, dentro de uma meditação que, como poucas, contribuiu com uma visão dinâmica e aberta, genética e historicizante do humano. Ora, esse apreço envolve tanto o “natural” quanto o “histórico”, tanto o “espaço” quanto o “tempo”: recobre as bem conhecidas expressões avaliativas das “justas medidas” corpóreas, as quais retornam os homens finalmente saídos da desmesura dos corpos gigantescos adquiridos na errância ferina, ou ainda as expressões, bem menos conhecidas, da bela medida e originária coloração branca da pele dos povos não submetidos às mudanças de caracteres físicos pela prática de certos costumes; assim como recobre a justa medida à qual se aferram as nações humanas nos processos pelos quais a elas advém a insidiosa corrupção dos costumes, a decadência em uma extenuada “delicadeza” e o risco de morte (como atestam eloquentemente as temáticas da *akmé* das nações e as sequências descritas por Vico dos fenômenos fundamentais pelos quais passam as comunidades humanas).⁵³

Existe, porém, uma interrogação que define um território largamente opaco em Vico: de onde vem realmente – evidentemente não *de facto*, mas *de jure* – o caráter paradigmático dos romanos? E a resposta não pode ser simplesmente: por ter caminhado com “justo passo”. Porque isso remete a uma ulterior interrogação: de onde vêm os seus “justos passos”? Eis que, para lançar alguma luz sobre este espaço opaco, pode então contribuir o esboço do *De uno*, no qual Vico retomava algo do elogio do clima em boa parte temperado da região italiana (expresso no período “latino” das reflexões e escritos sobre as condições climáticas, por exemplo com Vitruvius), embora sem desenvolver seus aspectos sistemáticos: de resto, difíceis de serem

⁵³ Sobre as problemáticas do “desmesurado”, do “deformado” e, vice-versa, da “medida”, ver NUZZO, E. Tra il corpo “sformato” e l’universale “informe”. L’“indiffinita” forma della mente umana in Vico. In: AAVV. *Filosofia e storiografia*. Studi in onore di Giovanni Papuli. L’Età moderna. Galatina: Congedo, 2008, tomo III, p.263-277.

deduzidos de um espaço geográfico no qual haviam convivido etruscos, romanos, sículos, e relativamente ao qual vários protagonistas da cultura napolitana sublinharam, dali a pouco, a extraordinária diversidade dos climas e ambientes, e inclusive dos caracteres das populações, específica do *Mezzogiorno*.

Em uma investigação sistemática sobre a matéria (em particular sobre os romanos), a atenção deveria dirigir-se rápido para o capítulo sucessivo, cujo eloquente título (“*De iustitia rerumpublicarum ex ipsarum natura*”) confirma a estreita relação causal “*populorum natura – rerumpublicarum natura – iustitia rerumpublicarum*”. Nele, a adoção de teorias marcadamente usuais à tratadística política cinco-seiscentista (a conformação das repúblicas aristocráticas a uma contida extensão territorial e a uma política não expansiva, ao contrário das repúblicas populares e das grandes monarquias imperiais) tornava-se funcional à tese de que por longo tempo os romanos, regidos por governos de patrícios, haviam empreendido somente guerras justas, “[bela] *pura et pia*”, terminadas vitoriosamente com manifestações de “*mansuetudo et clementia*”: visão que, pouco mais tarde, será felizmente contradita pela sucessiva denuncia de um heroísmo romano patrício, em vez disso, desapiedadamente cruel (como denuncia já a etimologia de “pátria”); mas que aqui interessa assinalar, porque acompanhada da ideia de que o lento crescimento de Roma aconteceu de modo tal a conferir-lhe uma “*iustum reipublicae corpus*”, um organismo político, por sua vez, correspondente à justa medida.⁵⁴

Mas é preciso andar rapidamente adiante e observar como, no *De constantia*, Vico assumia mais explicitamente o clima (em

⁵⁴ *De uno*, CXLVI, [1, 3], p.181. O caminhar dos romanos “com justo passo” implicava, ao contrário, sua subtração ao inovador juízo viquiano, sucessivamente formulado, acerca da natureza brutal das formas de “heroísmo antigo”, como aquele personificado pela renomada virtude do patriciado romano. Também por ter traçado precedentemente um rápido desenho da identidade pátria em Vico, talvez não seja supérfluo recordar a energia teórica, e também ética, da desmistificação viquiana da gênese nobre de todas as pátrias. “Pátria” vinha do “unir-se em ordens, para resistir às multidões de fâmulos sublevados”, dos “reis das famílias”, “polifemos” de “natureza feroz”, “os quais, sem humano discernimento ou conselho, perceberam a unidade dos seus interesses privados, comum a cada um deles, que se chamou ‘*patria*’, que [...] quer dizer ‘interesses dos pais’, e assim os nobres se disseram ‘*patricii*’: razão pela qual deveram ser só os nobres os cidadãos das primeiras pátrias” (*Sn44*, §584, p.697).

particular a “*coeli temperies*”) como fundamento da disposição dos povos a ser mais ou menos “engenhosos” e, assim, segundo uma importantíssima sequência de fatores causais, mais ou menos capazes de levar adiante a civilidade. Uma suposição que também pode ser considerada, examinada, no quadro do vasto empenho (explicado em detalhes precisamente a partir do *De constantia*, mas não descuidado sucessivamente) de reconhecimento e utilização, nas exposições e confirmações de suas teses, dos dados e das explicações assimilados dos saberes correntes sobre a natureza. Dados, “causas naturais”, capazes de explicar, só para oferecer dois exemplos bem conhecidos, como teria sido possível aos homens, errantes nas selvas pós-dilúvio universal, assumir uma estatura gigantesca por via da potente ação dos “nitritos” ou “sais nítricos” sobre os corpos das suas crianças revolvidas em suas “fezes”,⁵⁵ ou porque “as línguas devem ter começado por vocábulos monossílabos” e pelo “canto”, a partir de considerações atinentes às “fibras do instrumento necessário para articular a fala”, “molíssimas” nas crianças, “duríssimas” nos “primeiros homens das gentes”.⁵⁶ Fica claro, no *De constantia* propriamente, que Vico recorria a uma sucessão de usuais explicações “físicas” (que sobre esse aspecto não serão retomadas ou desenvolvidas) para dar conta da transmissão hereditária dos caracteres fisiológicos (como a cor da pele) adquiridos “historicamente” por meio da “*vis phantasiae*” dos genitores (com um processo de “naturalização” do costume): caracteres dos povos que podiam, portanto, mudar agilmente no tempo, sendo assim possível confirmar a tese que da progênie de Noé, toda branca e de belas e corretas feições, descendesse também gentes de pele negra e do pescoço “inaturalmente” alongado, como os etíopes, verossimilmente descendentes dos caldeus, ou dos fenícios, por intermédio dos egípcios.⁵⁷ Esse é um tema relevante – embora isolado na reflexão de

⁵⁵ *Sn44*, §369, p.565.

⁵⁶ *Sn44*, §231, 454, 462, p.518, 620, 622-623.

⁵⁷ Cf. *De const.*, II, XVI, [14], p.503. “*Aethiopes a primis aegyptiis, continente sibi proximis, [...] a chaldeis aut a phoenicibus per aegyptios provenisse verisimilis est*”. De fato, de uma gente de pele inicialmente branca e de belas feições (“*gentem albam pulchram principio*”) – segundo um preconceito avaliativo “normal” – chegaram à conformação corpórea dos Etíopes (a conformação alongada do pescoço, a carne negra) por meio da aquisição duradoura, hereditária, de características próprias da prática de certos

Vico sobre a “natureza” e a “história”, porque fala da experiência na qual não a “natureza” das coisas deve ser reconduzida à sua gênese histórica, mas na qual o “costume” se transforma em “natureza”.

Retornando aos nexos entre natureza dos climas e atitudes dos povos é relevante, de certo modo, a peremptória afirmação (“*nemo est qui negaverit*”) que se lê no capítulo do *De constantia* dedicado à investigação sobre a origem da língua heroica, ou da própria poesia. Com efeito, “*humanitatis principiis [...] ingeniosae gentes facilius induunt*”, mas são as temperaturas do céu – desde que ele seja mais úmido e frio ou, vice-versa, mais rarefeito e quente – que fazem nascer homens de engenho obtuso ou, pelo contrário, agudo. “*Nemo est qui negaverit esse coeli temperaturas quae gentes alias aliis ingeniosiores alant, ut sub crasso frigidoque aëre obtusi, sub magis aethereo et aestuoso acuti ingenii nascantur homines*”.⁵⁸ Por outro lado, a disposição para o engenho inclui ainda fatores causais constantes, que se inscrevem ou no rol dos fatores históricos estruturais (por sua vez, evidentemente em interação com as condições materiais, físicas, geográficas dos lugares) ou no rol das estruturas e tempos recorrentes da vida humana: as solicitações que vêm das formas de *necessitas* a que estão submetidos os homens; a *phantasia* mais ou menos vívida, derivada da agudeza dos sentidos, que, por sua vez, é diversa já entre os animais e os homens (“*brutis acerrimi sensus sunt natura attributi*”),

costumes (o alongamento artificial e deformante da cabeça, o colorir do vulto negro com a crença na maior santidade de tais cores). Isaac Voss (*Ad Pomponium Mela*) e sobretudo Johan Jacob Hoffmann (*Lexicon*) ofereceram testemunhos importantes da doutrina (largamente e correntemente difusa nos ambientes científicos do cartesianismo, basta pensar em De la Forge) segundo a qual da possante “*vis phantasiae generantium*” nascem filhos com determinadas características, depois estavelmente transmitidas (no caso dos “*nigri filii*”) e, portanto, que “*curatura in naturam conversa est*”. Como se vê, temos aqui uma esfera de fenômenos que atestam como é possível que os costumes se transformem em natureza. Especialmente com as explicações de tipo “biológico” da transmissão dos caracteres hereditários baseadas no sangue (explicações que começaram a aflorar no final do século XVII e claramente inclinadas a empregos de teor racista) resultará debilitada e, então, desmentida a teoria usual da transmissão, também, dos caracteres adquiridos.

⁵⁸ *De const.*, II, XII, [5,7], p.451-453. No mesmo capítulo aparecem qualificações antropológicas dos caracteres dos povos – como a “*gens acutissima*” florentina ou, pelo contrário, a “*stupidissima gens*” peruana – que devem ser inscritas num registro viquiano dos caracteres das nações e merecedoras de uma acurada investigação analítica (*De const.*, II, XII, [32, 35], p.461-463).

depois segundo o sexo (“*foeminae quam viri sensilia magis advertunt*”), e da idade, tanto do indivíduo singular quanto de toda as gentes, e da humanidade em geral. Eis então que “*primos ingeniosos homines [...] nihil aliud quam ingeniosos pueros fuisse*”.⁵⁹

O *De constantia* é o escrito pelo qual é necessário passar a fim de acompanhar a primeira sólida configuração de uma vastíssima série de temáticas e propostas que encontrarão sua laboriosa ulterior sistematização nas versões da *Scienza nuova*. Não obstante os significativos antecedentes sobre os quais nos detemos, isso vale também, em larga medida, para a abordagem dos caracteres das nações dentro de um novo quadro de história da humanidade e da civilização, no qual eram chamados a cooperar as “linguagens” de que falamos e o recurso a diversas formas de “causalidade”: “sacra”, “histórica” (“histórico-estrutural” etc.), “natural” (“geográfico-climática”, “geográfico-ambiental” etc.), “antropológica” (por sua vez, causalidade concernente a formas estruturais da psicologia humana ou a caracteres dos povos adquiridos pelos condicionamentos físicos etc.).

A premissa de onde parte o discurso viquiano sobre as nações permanece sempre aquela – atinente à história sacra como “*philologica dignitas*” (a primeira das nove “*philologicae dignitates*” fixadas nos inícios do Capítulo IX da “*Pars posterior*” do *De constantia*) – da sua propagação por meio das descendências de Noé. “*Anno post Diluivum, ante babylonicam linguarum confusionem, Sem, Cham, Iaphet exleges terram inter se divisisse; et in Assyria mansisse Semum, Chamum in proximam Phoeniciam Aegyptumque, Iaphetum in Europam commigrasse*”.⁶⁰

⁵⁹ *De const.*, II, XII, [8-11], p.453.

⁶⁰ *De const.*, II, IX, [3-4], p.431. As duas “*dignitates*” sucessivas afirmam que “*in Oriente [...] inter Chaldaeos*”, advém a precoce restauração (duzentos anos depois do dilúvio) de uma refinada forma de “magia”, que reclamava “*astrorum observationes*”, todavia – claro fator causal ambiental – mais atuante nas extensas planícies mesopotâmicas (“*in ingentibus camporum aequoribus*”); enquanto isso “*in Occidente genus divinationis natum tam rude quam orientalium eruditum*” (*De const.*, II, IX, [5-6, 18], p.431, 435). Assim, os primeiros sábios das gentes foram os caldeus. Mas “*Chami posteritas in Phoenicia ob chaldeorum, et aegyptii ob phoenicium vicinitatem, mature interiores disciplinas invenire potuerunt*” (*De const.*, II, IX, [18], p.435). Portanto, Cam é apresentado como o fundador das gentes habitantes do Egito e, depois, com maior precisão, também daquelas estanciadas na África setentrional e, então, no Mediterrâneo meridional; Jafet é o fundador daqueles que povoaram a Europa (mas depois também a Ásia setentrional, dos

Em que vai sublinhada – sobre uma matéria ainda meritória de aprofundamentos críticos – a diversa sorte das descendências de Sem e Cam em relação àquela de todos os “Japetos”: somente eles, nessa etapa da meditação viquiana, destinados a serem por via do trovão extraídos para fora do bruto estupor no qual foram afundados, perdendo “*omnem [...] religionem*” e, com ela, a sua “*humanitatem*”.⁶¹

Dirigindo a atenção, nesse momento, sobretudo para os fatores geográficos influentes sobre os caracteres e sobre a história das nações, pode ser oportuno partir novamente dos egípcios e do processo que os havia levado, bem cedo, a amadurecer a conquista de variadas artes, dentre elas a da navegação (como explica, em particular, o Capítulo XVII da parte II do *De constantia*). A conquista precoce daquelas artes foi devida a uma série de razões tanto “históricas” quanto “naturais”. Uma razão histórica era consequência da sua vantajosa contiguidade espacial com as regiões e nações do próximo Oriente investidas da gênese “sacra” e da persistência e/ou rápida recuperação das artes, como se viu. Os egípcios, como os fenícios descendentes de Cam, puderam usufruir da vizinhança dos dois fundadores – tendo permanecido Sem vizinho a Cam – e dos seus pósteros não dispersos. Desse modo, teriam podido aprender rapidamente dos caldeus as “artes” pré-diluvianas em geral, que esses não se esqueceriam, e assim sabido avantajarse particularmente à “hereditariedade de Sem”, superando, nisso, os próprios fenícios, que parecem ter sido os primeiros intermediários da transmissão, entre os camitas, das artes não dispersas pelos pósteros de Sem. Mas a singular rapidez de aprendizagem e a capacidade de incremento daquelas artes pelos egípcios foi devida também a uma dúplice ordem de fatores “naturais”. De fato, produzindo os caracteres daquela *gens* concorria, em primeiro lugar, o fator da “naturalidade

citais) e, então, o Mediterrâneo setentrional. Noutro estudo observei a discrasia que parece surgir do fato de que, embora nas diversas versões da *opus magnum* Vico tenda cada vez mais a identificar as dissidências de Cam e Jafet, mas também aquela de Sem, já na “Tábua Cronológica” que aparece nas duas últimas versões da *Scienza nuova*, só “Jafet” é indicado como aquele “de que provêm os Gigantes” (*Sn30*, p.58; *Sn44*, p.449).

⁶¹ “*At Iaphetidae, longe a semitidis et chamitidis dissiti [...], ad brutum stuporem redacti omnes, fulmine excitandi fuerunt ut caelum crederent deum eiusque voluntatem putarent lovem*” (*De const.*, II, IX, [18], p.435).

étnica” (quer dizer, um *praeclarum, praestans, ingenium*, nesse caso, em nexu subterrâneo com o clima). Mas esse fator, por conseguinte, vinha incrementado por um fator “ambiental”, por uma *necessitas* material, como as periódicas *inundationes* do Nilo.⁶² Com um discurso que reorganizava, em um tecido conceitual e narrativo inovador, variados materiais e “linguagens” (“histórico-teológico”, “histórico-erudito”, “etno-geográfico” etc.) se podia então compreender as razões da rápida assimilação, por parte dos egípcios, das “artes” tomadas dos caldeus, o impetuoso desenvolvimento impresso por eles nos egípcios ao adquirirem, entre outras coisas, “*navalem et nauticam*” e tornando-se a primeira “*maritima potentia*” do Mediterrâneo.⁶³

Foquei longamente os egípcios, mas os exemplos poderiam ser extensivos a diversos povos descendentes do tronco de Noé. Assim, se permanecermos no Ocidente que se abre para o mar mediterrâneo e olharmos os cretenses e, em geral, a “*graeae gentes*”, temos a confirmação de que também aqueles primeiros, para conseguir a “*res et militia navalis*”, teriam gozado de uma dúplice favorável condição natural: aquela da “natureza” étnica (tacitamente ligada ao clima) “agudíssima” e aquela “geográfico-ambiental” “insular”.⁶⁴ Mas, parece-me a ocasião de retomar e repropor agora o caso das nações “orientais” dos citas, protagonistas, junto dos caldeus e egípcios, da “*propagatio generis humani*” e então progenitora de uma vasta e diversificada série de gentes sejam asiáticas ou europeias.

⁶² Na realidade, por causa das inundações do Nilo, que constantemente desmarcavam os confins dos campos, os egípcios, que haviam recebido dos caldeus as ciências da geometria, da aritmética e, derivada delas, a astronomia, para fins práticos “*a caelo ad terras mathesim revocarunt*” (*De const.*, II, XIV, [3-4], p.481). Sobre as conseqüências da “*necessitas*” representadas pelas inundações do Nilo: Cf. *De const.*, II, XVII, [21], p.505-507. O grande rio, com suas inundações, “*peracuit*” il “*praestans ingenium*” dos egípcios. A mesma pressão ambiental das inundações do Nilo impeliu os egípcios, depois, à obtenção de “*navalem et nauticam aliis maturius*”.

⁶³ “*Ita, his artibus instructi, gentes rudes, inermes et inconditas facile debellabant, et cito maritimam Interni maris potentiam adepti sunt*” (*De const.*, II, XVII, [21], p.507).

⁶⁴ *De const.*, II, XXIX, [11], p.655. A agudeza particular dos cretenses, mas, em geral, dos gregos (e em particular da parte ocidental da Grécia) foi logo em seguida confirmada. Veja, por exemplo, a celebração do “*mirum gentis acumen*”, isto é, da gente da Grécia ocidental, de Samos, pátria de Homero e de Pitágoras, e que, não por acaso, “*italicae et grecanicae philosophiae sublimioris magnum incrementum*” (*De const.*, IV, [18], p.841).

Segundo o *De constantia*, os citas, em comparação com os caldeus, representaram uma sorte de diretriz “não urbana” da hereditariedade de Sem (e aqui, como um “privilégio de Sem”, volta a relevância do discurso “antropogônico” de matriz “sacra”), das “inocentes” virtudes da frugalidade e da justiça (mais próximas àquelas definidoras do povo hebraico) transmitidas pelo menos a algumas das muitas gentes descendentes deles. Ao tradicional tratamento da marcante rudeza dos citas vinham associados, no *De constantia*, aspectos também presentes no “mito”, “miragem cita” (objeto de consistentes investigações historiográficas), tão robusto e difundido até o tardo setecentos. Aquele povo de fato destacava-se por costumes assaz positivos, produtos da sua *religio*: por “*morum rectitudine, pudicitia, simplicitate, iustitia, modestia*”, em uma palavra, *innocentia*, virtude ligada à *pietas* e a hábitos de sustento moderados com a criação de gado e a agricultura.⁶⁵ Esses costumes encontram expressões e, principalmente, fundamento no caráter “econômico-social” e então “político” da *aequalitas* de uma sociedade de estrutura patriarcal.⁶⁶ Mas esse tratamento repousa decisivamente sobre um fenômeno “material-ambiental”: a superabundância de terras fertilíssimas para a agricultura e o pastoreio (como confirma o caso dos Sículos).

Daqui, ou do conjunto desses caracteres e condições, resulta o extraordinário emergir de uma condição “oriental” de igualdade e justiça, de todo diversa daquela “ocidental” necessariamente desenvolvida por meio do instituto das “clientelas”. No oriente não existiu nenhuma necessidade da “*lex agraria*”, em vez disso, “*clientelae apud occidentales ortae sunt*”.⁶⁷ As causas dos costumes virtuosos dos citas encontram-se no enredo de razões “morais” e “materiais”. Para eles,

⁶⁵ *De const.*, II, XVII, [4, 8], p.499, 501.

⁶⁶ *De const.*, II, XVII, [9], p.501. Surge, neste sentido, um caráter que distingue os Citas dos hebreus e dos “orientais” em geral, também representados por Vico, anteriormente, como predispostos à obediência, embora, nesse texto, distinguidos da tendência a fundar, logo após o dilúvio, “*monarchica regna*” (*De const.*, II, XI, [16], p.449).

⁶⁷ *De const.*, II, XVII, [8-9], p.501. Vico já havia observado no *De rebus gestis Caraphaei* a singularidade das estruturas sociais e políticas dos povos da Transilvânia, caracterizados por elementos igualitários consistentes.

*religio modestiam innocentiamque fecit, quas virtutes ipsis immensa feracissimorum camporum aequora conservarunt: unde gentis aequalitas hinc inter ipsas propagata, cum, in tanta camporum abundantia, opus lege agraria nullum fuit, unde clientelae apud occidentales ortae sunt.*⁶⁸

Por causa dessa elementar razão material, das grandes extensões das planícies orientais, pelo Oriente não vige o desenho habitual, que se tornaria onipresente, do processo de fatigosa recuperação do humano mediante a instituição do “*ius nexi*” da primeira lei agrária.

Ainda mais relevante no discurso aqui conduzido é, pois, a precisa recondução ao fator climático dos diferentes caracteres das muitas populações derivadas dos citas e dos seus condicionamentos “cíticos” de liberdade e igualdade. Deles nascem, de fato, duas diversas descendências fundamentais e possibilidades: uma no Ocidente, na Europa (segundo uma diretriz articulada em duas linhas), e uma no Oriente; uma caracterizada pela *fortitudo*, a outra pela suavidade e o amor pela *aequitas* (e aberta ao desenvolvimento das letras): é esse segundo caso aquele dos séres e dos chineses. “*Scythia fortissimarum mater in Occidentem, mitissimarum et aequissimarum in Orientem*”.⁶⁹

Tal diversidade dos processos de desenvolvimento encontra sua causa explicita no clima.

*Quapropter e Scythia gentes fortissimae prodire, primum thraces, germani parthi; deinde in asperam Europam vandali, hunni, gotthi, heruli, longobardi, turcae aliaeque barbarae nationes; in mollem Asiam provenere Seres, mitissimi et aequi amantissimi homines.*⁷⁰

Com efeito, as diferenças climáticas – entre a polaridade do “mole” e do “áspero” – marcam as características dos grandes troncos da descendência cita. Na realidade, a fonte cita da propagação do gênero humano tem dupla ramificação, que tende, porém, a articular-

⁶⁸ *De const.*, II, XVII, [8], p.501.

⁶⁹ *De const.*, XVII, [10], p.501, grifo meu.

⁷⁰ *De const.*, XVII, [10], p.501, grifo meu. Aqui, a moleza oriental assume características positivas que não encontrarão espaço na mais madura representação histórica de Vico acerca das vicissitudes da “moleza”, da “delicadeza”.

se em uma tríplice descendência. Assim, na Europa “*in Occidente[m]*” tem-se a descendência das “*gentes fortissimae*” e “*in Oriente[m]*”, “*in molle[m] Asia[m]*”, aquela de “*mitissimi et aequi amantissimi homines*” como os “*Seres*”. Mas no Ocidente é tecida, depois, uma articulação que duplica e diferencia a *fortitudo* bárbara. Primeiro, porque *prodiere* nações igualmente fortíssimas (“*thraces, germani, parthi*”) entre as quais, porém, existiam também algumas daquelas progenitoras de uma tendência (germânica) à liberdade depois difundida na Europa cristã. Pelo contrário, “*in asperam Europam*” – uma Europa mais distante e ainda mais áspera do que aquela nórdica, pelo que parece – manifestaram-se “*barbarae nationes*” como “*hunni, gotthi, heruli, longobardi, turcae*”.

Uma visão semelhante permitia soluções diversas. Por um lado, permitia inserir a nação “turca” numa constelação de nações cujas características consentiam, pois, retomar a tradicional, canônica, oposição “Europa-Ásia”, que o próprio Vico havia utilizado, anos antes, na redação do *De rebus gestis Antoni Caraphaei*. Neste texto, “Ásia” estava para império truco como “Europa” para Europa plenamente ocidental e cristã: onde podiam ser unificadas *potentiae* adversárias inclusive, mas não radicalmente adversas em religião e em cultura.⁷¹ Por outro lado, aquela visão consentia dissociar melhor, do Oriente, a propagação da humanidade bárbara americana (que Vico teria sempre “subvalorizado”, substancialmente, em suas formas mais avançadas de civilização, a mexicana e a peruana), aceitando, em vez disso, pelo menos em parte, as teses de Grócio da sua imigração por terra através da Groelândia, portanto, através das mais “ásperas” e desoladas terras europeias.⁷²

Como foi várias vezes acenado, a maturação sistemática da ciência das nações de Vico teria favorecido a afirmação de um olhar unitário substancialmente interessado em encontrar a confirmação

⁷¹ Como acontecia – segundo o *De rebus gestis Antonj Caraphaei* – no caso da “*Galliarum potentia*”, a qual, embora sempre ocupada com as suas pretensões de hegemonia sobre os estados italianos e germanicos, permanecia uma grande nação cristã e refinadamente culta (VICO, G. *Le gesta di Antonio Carafa*. Organização de Manuela Sanna. Napoli: Guida, 1997, p.76).

⁷² As populações americanas setentrionais, vieram “*ex Norvegia [...] per Groenlandiam terrestri itinere*”. Depois, provavelmente, como “é mais crível”, se estanciarão por todo o estreito de Magalhães: onde se fixaram – por claras razões climáticas – os gigantes patagônicos (*De const.*, II, XVII, [13], p.503).

de teses gerais acerca do “curso comum” das nações, e isso por meio de procedimentos de tipo comparatista exercitados sobre materiais permanentemente sobrepujados pela circulação dos dados relativos aos povos não europeus (estranhos à amada e constantemente revisitada história romana). Dentro desse procedimento, os fatores envolvidos na “causalidade natural” e, em particular, aqueles estritamente climáticos foram, com maior razão, repropostos com absoluta segurança de sua relevância.

Iniciando a conclusão de um discurso já bastante prolongado, bastará aqui lembrar alguns lugares essenciais sobre a matéria, bem conhecidos dos leitores das três edições da *Scienza nuova*. Em uma “regra de interpretação” fundamental, própria da “nova arte crítica” definida na *Scienza nuova* de 1725 (no Capítulo IX do Livro II), vai exposta uma cadeia estrita de fatores causais que, das “ações” dos povos, por meio das “formas de seus governos” e da “natureza dos povos governados”, remonta finalmente ao primeiro fator da “natureza dos sitas”, “em conformidade” com os quais os diferentes povos assumem suas índoles:

diversamente nas ilhas e nos continentes, de onde provêm dali os mais esquivos, daqui os mais dinâmicos; diversamente nos países mediterrâneos e nos costeiros, de onde dali se obtém agricultores, daqui mercadores; diversamente sob climas quentes e mais etéreos e sob frios e preguiçosos, de onde dali nascem de agudo e daqui de mais obtuso engenho.⁷³

A esse passo conecta-se, evidentemente, aquele sucessivo (do Capítulo LVI, do Livro II) no qual, com termos claros, é destacada a

⁷³ *Sn25*, §92, p.1033. O trecho citado integralmente sublinha, em primeiro lugar, a operação do princípio demonstrativo de que acima se falou, baseado no repúdio à “impossibilidade”, à “torpeza”, que conduz, por outro lado, ao reconhecimento do “dever ter”, do “dever acontecer”. Assim, o recurso à teoria dos climas se dá aqui no interior de um dos lugares principais da definição e abordagem em termos “demonstrativos” da ciência viquiana, mostrando o caráter indubitável que, aos olhos do pensador napolitano, reveste o nexos causal “natureza dos sitas/natureza dos homens”, dentro do qual se situava, também, a determinada doutrina, bem consolidada, sobre a necessidade de que as formas dos governos não contradissem as modalidades pelas quais se dão aquele essencial condicionamento causal.

importância de se reconstruir as formas jurídicas a fim de compreender a totalidade dos fenômenos constitutivos das formações socioculturais humanas, organizando-os ao longo de uma cadeia, ou disposição serial, logicamente e, então, também temporalmente disposta em um andamento genético (andamento factual impresso também ao conhecimento), e exposta, portanto, em uma ordem inversa àquela dada em precedência:

nada além da lei das XII tábuas, com um sério argumento, nos demonstra que, se tivéssemos a história das antigas leis dos povos, teríamos a história dos feitos antigos das nações. Porque – nascendo da natureza dos homens os costumes, dos costumes os governos, dos governos as leis, das leis os hábitos civis, dos hábitos civis os fatos públicos constantes das nações, e, com uma certa arte crítica, como aquela dos juriconsultos, à certeza das leis reduzindo os fatos de incerta e duvidosa razão – os verdadeiros elementos da história parecem ser estes princípios de moral, política, direito e jurisprudência do gênero humano, descobertos por esta nova ciência da humanidade, sobre os quais se guia a história universal das nações, que narra os seus surgimentos, progressos, estados, decadências e fins.⁷⁴

Parece patente como, no Capítulo IX, a ordem investigada e conquistada cognitivamente deve ser novamente descrita – seguindo o desenvolvimento de uma tão difícil e desafiadora empresa cognitiva – a partir das configurações do viver mais complexas àquelas mais elementares, atingindo a sequência do seu acontecer segundo um critério genealógico, que, enfim, deve levar não a um fundamento historicamente comum da diversidade das nações, mas a um propriamente natural. Uma vez conhecida tal ordem, pode ser novamente proposta em sua sequência temporal: no interior da qual os “dados”, que analiticamente e sincronicamente contribuíram para formar, em sua complexidade, a história humana, ou a história de toda nação singular desenvolvida, vêm expostos em ordem de comparação temporal: precisamente (a partir da natureza física) “moral, política,

⁷⁴ *Sn25*, §208, p.1.083.

direito e jurisprudência”. Por isso, a “nova ciência da humanidade” é uma ciência constitutivamente histórica, uma ciência das nações que se dá na forma de uma “história universal das nações”, em suma, de uma história da civilização.

A fundação em chave “naturalística” dos específicos caracteres “culturais” das nações (deixando estabelecido que os fenômenos religiosos merecem sempre um discurso a parte) – das “diversas línguas” aos “tantos costumes diversos”, frequentemente “contrários” entre si – não é menos consistente, e acompanhada de indicações mais particularizadas, em importantes páginas das duas versões sucessivas: ali onde, em primeiro lugar, se estabelece e confirma “essa grande verdade: como certamente os povos, pela diversidade dos climas, deram vida à várias e diversas naturezas, de onde saíram tantos costumes diversos; assim, das suas diversas naturezas e costumes nasceram outras tantas diversas línguas”, respondendo, de diversos modos, “às mesmas utilidades ou necessidades da vida”.⁷⁵ Trata-se das páginas que concluem o Livro V das duas edições da grande obra viquiana. Desde o início, com a indicação das razões pelas quais, ao contrário de Roma, “esse curso das coisas humanas civis não foi feito por Cartago, Cápua, Numância” (nos primeiros dois casos, precisamente, por razões “materiais” e, sobretudo, estritamente “climáticas”), aquelas páginas parecem um documento eloquente do essencial empenho do autor na determinação dos caracteres dos povos, dos correlativos costumes e das formas políticas correspondentes, por um lado, fundamentado nos fatores geográficos, por outro, tendo por base as religiões e o cultivo das artes, das letras e das ciências. Assim, pelo menos a segunda dessas duas últimas ordens de fatores (para a primeira as coisas permanecem mais complicadas) parece dever remeter-se, enfim, à primeira, embora Vico não assuma o objetivo de efetuar uma concisa abordagem das relações causais entre fatores “naturais” e “culturais”, e de colocar em discussão a incidência dos segundos sobre os primeiros.

Vale retornar, preliminarmente, à fenomenologia das diversas influências dos climas: do “frio *setentrional*” que induz “homens

⁷⁵ *Sn44*, §445, p.613. Este passo se lê já na segunda versão da obra: *Sn30*, p.168.

bastante duros e sofridos” (ou “de mentes indolentes”); da “Zona temperada, onde nascem *homens de ajustada natureza*” (com a “*relativa moleza da Ásia*”); do “*Mezzogiorno*” que abunda em “povos muito *débeis ou contidos*” (onde também o excesso de frugalidade denota uma condição de costumes não equilibrados). Observa-se assim uma fenomenologia das religiões, distanciada daquela verdadeiramente cristã, percorrendo as religiões “*brandas*” (como a chinesa) e as religiões rudes “*fantásticas e ferozes*” (como a japonesa), ou do cultivo das *letras* (entre os chineses) e das *ciências* (decisivas, na última versão da *Scienza nuova*, para definir as razões pelas quais somente na Europa existem muitas *Republicas populares*).⁷⁶ No clima é reconhecido, portanto, o fator primigênio e persistente da “diversidade”, que deve conjugar-se com aquele “estrutural” das “próprias utilidades e necessidades da vida” (que se dão diversamente nos diferentes lugares naturais) segundo a sequência: “climas” – “diversas naturezas” – “costumes diversos” (“e de tão diversos, por isso, hábitos contrários das nações”) – “tantas diversas línguas, quanto são elas [as nações] diversas”: línguas que não constituem, porém, horizontes de vida e de sentido separados, porque por meio delas se dizem, “com tantos diversos aspectos”, as mesmas experiências.⁷⁷

A mais geral divisão climática é aquela tradicional, que, na última versão da *Scienza nuova*, torna capital a distinção entre o “frio Setentrião”, de onde saem “homens de mente preguiçosa” (como ocorre em particular na “Moscóvia”), e a “zona temperada”, de “onde nascem

⁷⁶ *Sn30*, p.367-368, *Sn44*, §1.088-1.092, p.953-955.

⁷⁷ *Sn44*, §445, p.613. Isso porque – como nos lembra a dignidade XXII – uma mesma estrutura mental dinâmica se apresenta em todas as nações, como “uma língua mental comum a todas as nações, que uniformemente compreenda a substância das coisas factíveis na vida humana sociável, e as explique com tantas diversas modificações quanto são diversos os aspectos que essas coisas possam ter” (*Sn44*, §161, p.503). Eis então as formas diversas da análoga representação dos fenômenos humanos estruturais (o “histórico-estrutural”). Assim “Júpiter fulmina e aterra os gigantes, e toda nação gentia teve um Júpiter”; “Toda nação gentia teve um Hércules seu” etc. (*Sn44*, §193, 196, p.511). Pode-se dizer, portanto, que o “dicionário mental” comum à humanidade (gentia) constitui talvez a máxima atestação, ao menos na esfera antropológica, do universal que se dá em meio às contingências (não absolutas) do mundo histórico, uma das manifestações mais eloquentes do “histórico-estrutural”, das estruturas que se dão ou se formam na história, do histórico que se deixa reconduzir às formas universais e à “ciência”.

homens de ajustada medida”, que, voltando para o meridiano, favorece a “nativa agudeza africana”, como aquela dos cartagineses.⁷⁸

Ao fator naturalístico climático soma-se, e com ele intervém, o fator naturalístico geográfico-ambiental: como mostra o caso anômalo de Cápua, condicionado, além da “moleza do céu”, pela “abundância da Campânia feliz” (outro antecedente viquiano dos juízos sobre a pluralidade das condições climático-geográficas das terras do Reino, que se encontram especialmente nos iluministas napolitanos da segunda metade do XVIII, ou em Cuoco). O fato, totalmente contíguo aos romanos, de que os capuanos foram prevenidos pela fecundidade da terra a não seguir o natural (historicamente natural) “curso das coisas humanas”, mostra uma forte influência da “terra”, não segundo o “científico” modelo explicativo montesquiano (composição “química” da terra – elementos antropossomáticos), quanto, em vez disso, segundo o modelo: produtividade do solo – abundância de recursos – delicadeza dos costumes.⁷⁹

Para além da consistência e importância de tais premissas “naturalísticas”, a ciência viquiana do mundo das nações as reclamava e as reconduzia, todavia, dentro das sequências do curso histórico e do retroagir da “história” sobre a “natureza”. Tal curso prevê o mover-se de todas as nações na direção da “causa final” de “uma completa humanidade” (curso que, por certo, não é uma garantia, mas pode ser “interrompido por causas extraordinárias”), mas admite, também, a aceleração na obtenção desta “humanidade”, que “parece estar difusa por todas as nações, já que poucos grandes monarcas regem esse mundo dos povos”, nisso assistidos principalmente por formas “universais”,

⁷⁸ *Sn44*, §1.088-1.091, p.953-954; *Sn30*, p.367-369.

⁷⁹ *Sn44*, §1.088, p.953. Como foi indicado, Vico recorre largamente às teorias relativas à transmissão dos caracteres da composição da “terra” às “fibras” do corpo humano. Da tradição “hipocrático-galênica” da teoria dos climas Vico assumia a temática essencial da influência do “céu”, do “ar”, largamente retomada e renovada no *Settecento*, deixando à parte a temática dos “ventos” também largamente presente nas derivações, do início da modernidade, da teoria dos climas (Bodin etc.). No século XVIII, no quadro da retomada e revisitação das teorias climáticas, seria adensada a pesquisa sobre as influências dos ares. Mas Vico, ao menos nas primeiras duas edições da sua obra prima, não podia ter conhecido os ecos da obra de Arbuthnot, *An Essay Concerning the Effects of Air on Human Body*, de 1733, nem mesmo pela tradução francesa de Boyer de Pebandrié, *Essai des effets de l'airs sur le corps humain*, de 1742.

“universalizantes”, de religiões, como aquela cristã, ou aquela “branda” dos chineses, assim como, do mesmo modo, o cultivo das “letras” ou das “ciências” constitui um análogo fator cultural de extremo relevo.⁸⁰

O pensador napolitano imprimia sobre os caracteres das nações, em geral, o signo possante da força do “histórico”. Em primeiro lugar, do “histórico sacro”, por assim dizer, essencial para se entender a gênese, a propagação e a caracterização das nações gentias, em seguida, bem mais problematicamente, para se entender a incidência (bastante problemática inclusive na modernidade) que tiveram as “verdadeiras” religiões monoteístas na vida das nações, mas também as pagãs, como aquela branda dos chineses (que enfim se reporta à delicada natureza climática daquelas distantes extensões de terra). Em segundo lugar, do “histórico evenemencial”, por assim dizer, como eloquentemente atestam os exemplos de Numância (logo que “os numantinos, [...] sobre o seu primeiro florescer de heroísmo, foram oprimidos pela potência romana”) ou aquele mais recente dos Americanos.⁸¹ Em terceiro lugar, também do “histórico-político”, já que a prudência política, nos tempos nos quais pôde reflexivamente se afirmar, pôde contribuir para conservar, ou melhor, para dispor, aparelhar e fixar os caracteres dos povos. Mas era a “ordem histórica estrutural” do “curso natural das coisas civis humanas” isso a que era necessário apelar, e – novidade absolutamente admirável – ordem histórica do dar-se e formar-se da própria estrutura da mente humana. Porque – como vimos precisamente – o “dicionário mental” comum à humanidade, em seu acontecer e constituir-se efetivamente sobre o fundamento conativo da *vis veri*, representa, na mais profunda forma comum do humano, a presença do universal, do eterno, que só se dá na vicissitude de

⁸⁰ *Sn44*, §1.089, 1.091, p.954-955. Por outro lado, o modelo romano, favorecido pelo clima temperado, é um modelo temporal alheio à intervenção dos fatores históricos externos, de tal modo que pôde proceder com “justo passo”.

⁸¹ Vale lembrar que Vico assimilava os povos americanos (alguns ao menos) muito próximos da maturidade por terem saído do patriarcado, isto é, de uma condição de articulação social não conflitiva, em cuja imersão não se pode caminhar em direção à “potestade civil”. Vico, como assinalava Landucci, indicando a presença de fâmulos-escravos nas “famílias” dos Americanos no tempo da descoberta pelos europeus e, portanto, que já haviam abandonado o estado das “famílias só de filhos”, tornava “plausível um avanço daqueles povos rumo a ‘potestade civil’” (LANDUCCI, *S. I filosofia e i selvaggi*. 1580-1780. Bari: Laterza, 1972, p.285).

acontecimento humano, mesmo assim, alheio à opacidade da insensatez e da indecifrabilidade do acidental: acontecimento inacreditavelmente objeto de uma ciência segura sobre o mundo das nações.

Vico confirma-se assim um extraordinário e inovador “pensador do tempo”, da ordem do tempo humano. E pode-se dizer com isso que, de certo modo, ele “temporaliza” também o “natural” e o “espacial”, deslocando-os para uma escala diacrônica: pelo menos aqueles que são os caracteres naturais antropológicos, que encontram sua matriz originária na naturalidade climática. E, com efeito, a tripartição rude- forte-delicado se dispõe como uma das mais gerais e relevantes sequências temporais. Nesse sentido, também ela se coloca como um objeto primário da ciência do dinâmico mundo civil das nações. Mas para tal ciência, enquanto é ela o instrumento de uma filosofia que deve “auxiliar o gênero humano”, aquela sequência deve ser objeto e ocasião de uma severa e aflita advertência a precaver-se da queda nas insidiosas extenuações da moleza (a “moleza dos nossos tempos”⁸²), na decadência de uma extrema “delicadeza” desmemoriada da sã rudeza de costumes frugais e da virtuosa fortaleza de comunidades civis encaminhadas rumo à conquista do verdadeiro-justo. Não reagindo às insídias e ameaças daquela decadência, o providencial “remédio” último – como bem sabemos – será o regenerar-se da humanidade, perdida e dispersa na “natureza” alheia, na “grande selva” da terra.

Tradução do italiano:
Sertório de Amorim e Silva Neto

Referências

Obras de Vico

VICO, G. Oratio IV (*Or. IV*). In: _____. *Le orazioni inaugurali, I-VI*. Organização e tradução italiana de G. Visconti. Bologna: Il Mulino, 1982, p.146-165.

VICO, G. Oratio V (*Or. V*). In: _____. *Le orazioni inaugurali, I-VI*. Organização e tradução italiana de G. Visconti. Bologna: Il Mulino, 1982, p.167-187.

VICO, G. De nostri temporis studiorum ratione (*De rat.*). In: _____. *Opere*. Organização de Andrea Battistini. Milano: Mondadori, 1990, p.87-215.

⁸² *Sn44*, §796, p.818.

VICO, G. Vita di Giambattista Vico scritta da se medesimo (*Vita*). In: _____. *Opere*. Organização de Andrea Battistini. Milano: Mondadori, 1990, p.5-85.

VICO, G. De antiquissima italorum sapientia (*De ant.*). In: _____. *Opere filosofiche*. Organização de Paolo Cristofolini e introdução de Nicola Badaloni. Firenze: Sansoni, 1971, p.55-130.

VICO, G. Risposta di Giambattista Vico all'articolo X del tomo VIII del "Giornale de' Letterati d'Italia" (*Risp. II*). In: _____. *Opere filosofiche*. Organização de Paolo Cristofolini e introdução de Nicola Badaloni. Firenze: Sansoni, 1971, p.145-168.

VICO, G. Sinopsi del diritto universale (*Sin.*). In: _____. *Opere giuridiche*. Organização de Paolo Cristofolini e introdução de Nicola Badaloni. Firenze: Sansoni, 1974, p.3-16.

VICO, G. De universi iuris uno principio et fine uno (*De uno*). In: _____. *Opere giuridiche*. Organização de Paolo Cristofolini e introdução de Nicola Badaloni. Firenze: Sansoni, 1974, p.17-345.

VICO, G. De constantia Iurisprudientis (*De const.*). In: _____. *Opere giuridiche*. Organização de Paolo Cristofolini e introdução de Nicola Badaloni. Firenze: Sansoni, 1974, p.347-731.

VICO, G. *Le gesta di Antonio Carafa (De reb.)*. Organização de Manuela Sanna. Napoli: Guida, 1997.

VICO, G. Principj di una Scienza nuova d'intorno alla natura delle nazione (*Sn25*). In: _____. *Opere*. Organização de Andrea Battistini. Milano: Mondadori, 1990, p.975-1166.

VICO, G. *La Scienza Nuova 1730 (Sn30)*. Organização de Paolo Cristofolini com a colaboração de Manuela Sanna. Napoli: Guida, 2004.

VICO, G. Principj di Scienza nuova d'intorno alla comune natura delle nazione (*Sn44*). In: _____. *Opere*. Organização de Andrea Battistini. Milano: Mondadori, 1990, p.411-971.

VICO, G. *Epistole (Epist.)*. Organização de Manuela Sanna. Napoli: Morano, 1992.

Outras obras

ANTONI, C. La struttura dell'individuo. In: _____. *Commento a Croce*. Venezia: Neri Pozza, 1955.

ANTONI, C. *Lo storicismo*. Torino: Edizioni radio italiana, 1957.

GALILEI, G. Dialogo sopra i due massimi sistemi del mondo. In: _____. *Le opere di Galileo Galilei*. Edição nacional organizada por A. Favaro. Firenze: G. Barbera, tomo VII, 1933, p.21-545.

LANDUCCI, S. *I filosofi e i selvaggi*. 1580-1780. Bari: Laterza, 1972.

NUZZO, E. Mediterraneo e caratteri dei popoli. Paradigmi della misura alle origini del modello "etno-geografico-climatico". In: BUFALO, R.; CANTARANO, G.; COLONNELLO, P. (orgs.). *Natura storia società*. Studi in onore di Mario Alcaro. Milano-Udine: Mimesis, 2010, p.109-145.

- NUZZO, E. Tra geografia e storia. Caratteri delle nazioni e identità patrie in Gaetano Filangieri. In: AMODIO, P.; D'ANTUONO, E.; GIANNINI, G. (orgs.). *L'etica come fondamento*. Scritti in onore di Giuseppe Lissa. Napoli: Giannini Editore, 2012, p.25-32.
- NUZZO, E. Gli "Sciti" e i "Chinesi" di Vico. In: ARMANDO, D.; MASINI, F.; SANNA, M. (orgs.). *Vico e l'Oriente: Cina, Giappone, Corea*. Roma: Tiellemedia, 2008, p.301-335
- NUZZO, E. Vico e il "mito veneziano". In DE MICHELIS, C.; PIZZAMIGLIO, G. (orgs.). *Vico e Venezia*. Firenze: Olschki, 1982, p.199-222.
- NUZZO, E. La tradizione filosofica meridionale. In: AAVV. *Storia del Mezzogiorno*. Napoli: Edizioni del Sole, vol. X, tomo III, 1992, p.17-127.
- NUZZO, E. Tra il corpo "sformato" e l'universale "informe". L'indiffinita forma della mente umana in Vico. In: AAVV. *Filosofia e storiografia*. Studi in onore di Giovanni Papuli. L'Età moderna. Galatina: Congedo, 2008, tomo II, p.263-277.
- NUZZO, E. I segni delle storie in Vico. *Il Pensiero*, nuova serie, vol. XLI, p.17-30, 2002.
- NUZZO, E. Dalla storia metafisica alla storia civile. I segni delle storie in Vico. In: _____. *Tra religione e prudenza*. La "filosofia pratica" di Giambattista Vico. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2007, p.1-17
- NUZZO, E. Gli "eroi ossimorici" di Vico. In: _____. *Eroi ed età eroiche attorno a Vico*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2004, p.189-216.
- NUZZO, E. Le logiche dell'impossibile e del necessario. Vico e la decifrazione dei tempi favolosi attorno al primo '700. *Bollettino filosofico*, Cosenza, v.15, tomo II, p.205-233, 1999.
- NUZZO, E. Die Logiken der Unmöglichen und des Notwendigen. Vico und die Entzifferung der "sagenhaften Zeiten" zu Beginn des 18 Jahrhunderts. In: BEETZ, M.; CACCIATORE, G. (orgs.). *Die Hermeneutik im Zeitalter der Aufklärung*. Köln-Weimar-Wien: Böhlau Verlag, 2000, p.287-309.
- NUZZO, E. La "critica di severa ragione" nella scienza della storia. Vico e l' "ermeneutica" dei tempi favolosi attorno al primo '700. In: _____. *Tra ordine della storia e storicità*. Saggi sui saperi della storia in Vico. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2001, p.57-108.
- NUZZO, E. L'immaginario naturalistico. Criteri e figure della scienza della storia in Vico. *Bollettino del Centro di Studi Vichiani*, Napoli, vol. XXXIV, p.35-56, 2004.
- NUZZO, E. Critères et figures de la science de l'histoire chez Vico. *Noesis*. La Scienza Nuova de Giambattista Vico. Organização de Andre Tosel. Nice, v.8, 2005. Disponível em: <http://noesis.revues.org/index127.html>. Acesso em: 02 março de 2006.
- NUZZO, E. Lo studioso di Vico. In: TESSITORE, F. (org.). *L'opera di Pietro Piovani*. Napoli: Morano, 1990, p.207-312.
- NUZZO, E. Gli studi vichiani di Pietro Piovani. In: _____. *Tra ordine della storia e storicità*. Saggi sui saperi della storia in Vico. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2001, p.241-326.
- NUZZO, E. Vico, la storia, gli storicismi In: _____. *Tra ordine della storia e storicità*. Saggi sui saperi della storia in Vico. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2001, p.1-55.

NUZZO, E. Vico, la storia, lo storicismo. In: CACCIATORE, G.; CANTILLO, G.; LISSA, G. (orgs.). *Lo storicismo e la sua storia*. Temi, problemi, prospettive. Milano: Guerini, 1997, p.50-68.

NUZZO, E. Between Orthodoxy and Heterodoxy in Italian Culture in the Early 1700s: Giambattista Vico and Paolo Mattia Doria. In: MORTIMER, S; ROBERTSON, J. (orgs.). *The Intellectual Consequences of Religious Heterodoxy 1650-1750*. Leiden-Boston: Brill, 2012, p.205-234.

NUZZO, E. L'umanità di Vico tra le selve e le città. Agli inizi della storia della civiltà nel "Diritto universale". In: _____. *Tra ordine della storia e storicità*. Saggi sui saperi della storia in Vico. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2001, p.109-164,

NUZZO, E. La filosofia pratica di Vico tra religione e prudenza. In: _____. *Tra religione e prudenza*. La "filosofia pratica" di Giambattista Vico. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2007, p.211-231.

NUZZO, E. Figuras de la barbarie. Lugares y tiempos de la barbarie en Vico. *Cuadernos sobre Vico*, Sevilla, v.15-16, p.151-162, 2003.

NUZZO, E. Lugares e tempos da barbárie em Vico. In: GUIDO, H.; SEVILLA, J. M.; SILVA NETO, S. A. (orgs.). *Embates da Razão: mito e filosofia na obra de Giambattista Vico*. Uberlândia: EDUFU, 2012, p.35-53.

NUZZO, E. Spazi e tempi del Mediterraneo nella storia vichiana della civiltà. Il "Diritto Universale". *Bollettino del Centro di Studi Vichiani*, Roma, v.XXXIX, n.2, p.7-69, 2009.

PINNA, M. *La teoria dei climi*. Una falsa dottrina che non muta da Ippocrate a Hegel. Roma: Società geografica italiana, 1988.

PIOVANI, P. Il debito di Vico verso Roma. *Studi romani*, Roma, v.XVII, p.1-17, 1969.

PIOVANI, P. *La filosofia nuova di Vico*. Organização de Fulvio Tessitore. Napoli: Morano, 1990.

SASSI, M. M. *La scienza dell'uomo nella Grecia antica*. Torino: Bollati Boringhieri, 1988.

TRABANT, J. La science de la langue parle l'histoire idéale éternelle. *Noesis*. La Scienza Nuova de Giambattista Vico. Organização de Andre Tosel. Nice, v.8, 2005. Disponível em: <http://noesis.revues.org/index127.html>. Acesso em: 02 março de 2006.

VANZULLI, M. Caso e necessità nella nuova scienza vichiana. *Quaderni materialisti*, Milano, v.I, p.7-42, 2002.

VANZULLI, M. *La scienza di Vico*. Il sistema del mondo civile. Milano: Mimesis, 2006.

VASAK, A. *Météreologies*. Discours sur le ciel et le climat, des Lumières au Romanisme. Paris: Champion, 2007.